Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

30 de setembro de 2026
com Relatório de revisão do Auditor Independente

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

30 de setembro de 2026

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas 1

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais 3
Demonstrações dos resultados 5
Demonstrações dos resultados abrangentes 6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstrações dos fluxos de caixa 8
Demonstrações do valor adicionado 9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas. 10

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Orizon Valorização de Resíduos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais individual e consolidado em 30 de setembro de 2026 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

© <<ano>>. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Outros assuntos

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e a revisão das demonstrações individuais e consolidadas do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo naquela data, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e relatório de revisão sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas datados de 25 de março de 2026 e de 13 de novembro de 2025, respectivamente, sem modificações.

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas anteriormente referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

69083

© 2026. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	**38.101**	494.841	**1.477.664**	851.334
Títulos e valores mobiliários	4	**-**	54.713	**168.654**	71.035
Contas a receber de clientes	6	**16.840**	-	**869.363**	281.694
Impostos e contribuições a recuperar	7.a	**4.051**	3.716	**142.220**	67.166
Partes Relacionadas	8	**-**	-	**218**	-
Outros ativos	9	**3.945**	2.706	**231.241**	74.018
Total do ativo circulante		**62.937**	555.976	**2.889.360**	1.345.247
Não circulante					
Títulos e Valores Mobiliários	4	**-**	-	**3.924**	-
Debêntures	5	**277.043**	200.843	**33.000**	-
Contas a receber de clientes	6	**-**	3.427	**777.306**	37.686
Partes relacionadas	8	**738.349**	322.845	**55.327**	39.506
Depósitos judiciais e cauções	18	**-**	-	**96.371**	6.066
Impostos e contribuições a recuperar	**7.a**	12.953	-	**105.195**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	**-**	-	**85.799**	82.325
Investimentos	10	**4.550.159**	1.084.729	**172.108**	117.461
Imobilizado, Líquido	11	**-**	-	**3.536.089**	2.070.525
Intangível	12	**8.103**	3.249	**3.830.987**	490.998
Direito de uso	13	**-**	-	**92.972**	98.014
Outros ativos	9	**-**	-	**167.985**	6.117
Total do ativo não circulante		**5.586.607**	1.615.093	**8.957.063**	2.948.698
Total do ativo		**5.649.544**	2.171.069	**11.846.423**	4.293.945

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Balanços patrimoniais
30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro 2025

	Nota	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.1	**68.694**	64.231	**484.582**	178.483
Arrendamentos	13.2	**-**	-	**45.180**	49.243
Fornecedores	14	**21.820**	16.672	**359.001**	145.788
Outorgas a pagar	15	**-**	-	**20.053**	15.963
Salários e encargos sociais	16	**2.463**	1.762	**227.939**	31.894
Impostos e contribuições a recolher	7.b	**1.042**	2.270	**98.013**	45.024
Parcelamento de impostos	17	**274**	367	**23.827**	12.673
Adiantamento de clientes	19	**-**	-	**92.614**	83.833
Contas a pagar	20	**-**	-	**67.415**	973
Partes relacionadas	8	**-**	-	**6.399**	-
Outros passivos circulantes	9	**9**	14	**18.557**	5.599
Total do passivo circulante		**94.302**	85.316	**1.443.580**	569.473
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13.1	**621.866**	567.647	**3.661.258**	1.943.929
Arrendamentos	13.2	**-**	-	**51.211**	54.834
Fornecedores	14	**-**	-	**18.743**	-
Impostos e contribuições a recolher	7.b	**-**	-	**248.209**	-
Parcelamento de Impostos	17	**6.500**	8.763	**18.970**	30.047
Provisão para perdas em investimentos	10	**-**	-	**158**	158
Passivo com partes relacionadas	8	**41.681**	64.513	**195.938**	12.267
Provisão para contingências	18	**-**	-	**127.384**	14.619
Adiantamento de clientes	19	**-**	-	**18.750**	75.000
Contas a pagar	20	**-**	-	**26.288**	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.d	**-**	-	**660.376**	-
Tributos diferidos	7.e	**2.728**	2.728	**2.728**	2.728
Outorgas a pagar	15	**-**	-	**11.136**	-
Outros passivos	9	**-**	-	**72.645**	39.253
Total do passivo não circulante		**672.775**	643.651	**5.113.794**	2.172.835
Patrimônio líquido	21				
Capital social		**4.499.676**	1.191.127	**4.499.676**	1.191.127
Reserva de capital		**1.052.522**	957.066	**1.052.522**	957.066
Ajuste de avaliação patrimonial		**10.359**	10.359	**10.359**	10.359
(-) Prejuízos acumulados		**(691.703)**	(727.704)	**(691.703)**	(727.704)
Outros resultados abrangentes		**11.613**	11.254	**11.613**	11.254
		4.882.467	1.442.102	**4.882.467**	1.442.102
Participação de não controladores		**-**	-	**406.582**	109.535
Total do patrimônio líquido		**4.882.467**	1.442.102	**5.289.049**	1.551.637
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.649.544**	2.171.069	**11.846.423**	4.293.945

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**30/09/2026**	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receita operacional líquida	22	**20.356**	15.701	**2.044.236**	786.031
Custo dos serviços prestados	23	**(5.522)**	(10.313)	**(1.372.214)**	(424.275)
Lucro bruto		**14.834**	5.388	**672.022**	361.756
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	**(107.255)**	(24.534)	**(310.921)**	(138.958)
Outras receitas (despesas), líquidas		**(3.166)**	(3.284)	**(8.851)**	(4.244)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(95.587)**	(22.430)	**352.250**	218.554
Resultado de equivalência patrimonial	10	**140.257**	110.263	**(7.128)**	6.781
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	**68.337**	17.452	**139.512**	79.881
Despesas financeiras	24	**(77.006)**	(64.473)	**(296.886)**	(237.526)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**36.001**	40.812	**187.748**	67.690
Corrente	7.c	**-**	-	**(117.966)**	(20.009)
Diferido	7.c	**-**	-	**14.881**	2.861
Lucro líquido do período		**36.001**	40.812	**84.663**	50.542
Atribuível aos quotistas:					
Não controladores				**48.662**	9.730
Controladores				**36.001**	40.812
Lucro básico por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$				**0,08**	0,12
Lucro diluído por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$				**0,08**	0,12

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados
Períodos de três meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**
Receita operacional líquida	22	**9.683**	12.434	**1.090.324**	281.050
Custo dos serviços prestados	23	**(101)**	(7.046)	**(743.821)**	(144.278)
Lucro bruto		**9.582**	5.388	**346.503**	136.772
Gerais e administrativas	23	**(83.023)**	(13.450)	**(173.932)**	(50.333)
Outras receitas (despesas), líquidas		**(2.407)**	(948)	**(3.827)**	(2.982)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		**(75.848)**	(9.010)	**168.744**	83.457
Resultado de equivalência patrimonial	10	**115.795**	44.577	**(2.289)**	1.024
Receitas financeiras	24	**12.815**	12.064	**78.390**	36.113
Despesas financeiras	24	**(24.398)**	(24.343)	**(130.577)**	(89.868)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**28.364**	23.288	**114.268**	30.726
Corrente	7.c	**-**	-	**(70.781)**	(4.940)
Diferido	7.c	**-**	-	**12.203**	1.556
Lucro líquido do período		**28.364**	23.288	**55.690**	27.342
Não controladores				**27.326**	4.054
Controladores				**28.364**	23.288
Lucro básico por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$				**0,27**	0,07
Lucro diluído por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$				**0,27**	0,07

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Lucro líquido do Período	**36.001**	40.812	**84.663**	50.542
Variação cambial de investida no exterior	**359**	-	**359**	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**36.360**	**40.812**	**85.022**	**50.542**
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			**48.662**	9.730
Controladores			**36.360**	40.812

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**
Lucro líquido do Período	**28.364**	23.288	**55.690**	27.342
Variação cambial de investida no exterior	-	-	1	-
Outros resultados abrangentes	(134)	-	(134)	-
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos	**28.230**	**23.288**	**55.556**	**27.342**
Atribuível aos acionistas:				
Não controladores			**27.326**	4.054
Controladores			**28.230**	23.288

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

					Reserva de capital						
	Nota	Capital social 21a	Custo na emissão de ações (21d)	Ágio na emissão de novas ações (21b.1 e 2)	Outras reservas (21b.3)	Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído (21c.1)	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes (21e)	Total	Participação de não controladores	Total Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2025		1.091.127	(39.536)	3.023	489.775	10.359	(787.846)	11.254	778.156	95.715	873.871
Emissão de novas ações		100.000	(29.357)	-	535.090	-	-	-	605.733	-	605.733
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	40.812	-	40.812	9.730	50.542
Saldos em 30 de setembro de 2025	21	1.191.127	(68.893)	3.023	1.024.865	10.359	(747.034)	11.254	1.424.701	105.445	1.530.146
Saldos em 1º de janeiro de 2026		**1.191.127**	**(70.822)**	**3.023**	**1.024.865**	**10.359**	**(727.704)**	**11.254**	**1.442.102**	**109.535**	**1.551.637**
Aumento de Capital		**3.308.549**	**-**	**-**	**-**				**3.308.549**		**3.308.549**
Aquisição e Incorporação de não controladores - Vital		**-**	**-**	**-**	**-**				**-**	**269.586**	**269.586**
Gastos diferidos na emissão de novas ações		**-**	**(894)**	**-**	**-**	**-**		**-**	**(894)**		**(894)**
Valor justo na emissão de novas ações		**-**	**-**	**(104.641)**	**-**	**-**		**-**	**(104.641)**		**(104.641)**
Opção de Bônus de subscrição		**-**	**-**	**-**	**197.640**	**-**		**-**	**197.640**		**197.640**
Plano de opção de compra de ações		**-**	**-**	**-**	**3.351**	**-**		**-**	**3.351**		**3.351**
Variação cambial de investida no exterior		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**359**	**359**		**359**
Nova participação de não controladores - Stone		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**-**	(21.351)	**(21.351)**
Outros resultados abrangentes		**-**	**-**	**-**	**-**			**-**	**-**	**150**	**150**
Lucro líquido do período		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**36.001**	**-**	**36.001**	**48.662**	**84.663**
Saldos em 30 de setembro de 2026	21	**4.499.676**	**(71.716)**	**(101.618)**	**1.225.856**	**10.359**	**(691.703)**	**11.613**	**4.882.467**	**406.582**	**5.289.049**

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		**36.001**	40.812	**84.663**	50.542
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(140.257)**	(110.263)	**7.128**	(6.781)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	**-**	-	**8.922**	1.422
Provisão para contingências	18	**-**	-	**4.318**	(2.113)
Ajuste a valor presente	24	**(8.843)**	(4.119)	**2.419**	5.491
Variação cambial	24	**-**	(2)	**(238)**	2.410
Amortização de gastos na captação de recursos	24	**-**	-	**1.601**	8.561
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	-	**(3.474)**	(2.861)
Depreciações e amortizações	23	**77.515**	-	**265.729**	136.211
Provisão para fechamento de aterro	23	**-**	-	**11.236**	4.884
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	24	**74.943**	63.591	**234.866**	198.878
Valor residual de imobilizado baixado		**-**	-	**23.396**	(332)
Rendimento de debêntures	24	**-19735**	-	**-**	-
Plano de opção de compra de ações		**3.351**	-	**3.351**	-
Outros		**-**	1.196	**509**	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Contas a receber de clientes		**(13.413)**	(8.626)	**(155.140)**	(71.510)
Impostos a recuperar		**(13.288)**	2.759	**(47.574)**	(7.964)
Depósitos judiciais e cauções		**-**	-	**(367)**	-
Outros ativos		**(1.239)**	627	**(211.571)**	(3.762)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		**4.099**	3.052	**72.949**	24.864
Outorgas a pagar		**-**	-	**1.889**	2.554
Salários e encargos sociais		**701**	77	**30.329**	8.634
Impostos e contribuições a recolher		**(1.228)**	511	**190.627**	18.576
Adiantamentos de clientes		**-**	-	**(48.941)**	(4.871)
Contas a pagar		**-**	-	**79.230**	(4.966)
Parcelamento de impostos		**(2.356)**	(2.361)	**(10.634)**	(14.822)
Outros		**(5)**	13	**4.993**	625
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(3.754)**	(12.733)	**550.216**	343.670
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(148.015)	(19.687)
Juros pagos		(7.263)	-	**(171.005)**	(153.298)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(11.017)**	(12.733)	**231.196**	170.685

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2026	30/09/2025	30/09/2026	30/09/2025
Fluxos de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento					
Aquisições de participação societária, líquida dos caixas adquiridos		**-**	-	**(53.251)**	-
Caixa oriundo da aquisição da Holding Vital		**-**	-	**1.036.238**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		**-**	-	**-**	(124)
Aquisições de imobilizado e intangível		**(5.635)**	-	**(732.712)**	(464.766)
Títulos e valores mobiliários		**(1.752)**	-	**8.267**	98.066
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(7.387)**	-	**258.542**	(366.824)
Fluxos de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos Captados	13.1	**-**	-	**1.040.009**	550.754
Empréstimos e financiamentos pagos	13.1	**-**	-	**(279.502)**	(373.453)
Arrendamentos pagos	13.2	**-**	-	**(40.234)**	(39.277)
Partes relacionadas		**(438.336)**	25.363	**(583.676)**	(5.204)
Emissão de novas ações		**-**	605.733	**-**	605.733
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(438.336)	631.096	**136.597**	738.553
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(456.740)**	618.363	**626.334**	542.414
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		**494.841**	3.488	**851.334**	493.299
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		**38.101**	621.851	**1.477.664**	1.035.713
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(456.740)**	618.363	**626.330**	542.414

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2026 e 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receitas	**20.356**	15.701	**2.415.459**	**937.677**
Serviços prestados	**20.356**	**15.701**	**2.365.699**	889.790
Receitas relativas à construção de ativos próprios	**-**	**-**	**58.682**	**49.309**
Reversão (Provisão) de para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(8.922)**	**(1.422)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(99.711)**	(18.278)	**(798.079)**	(289.512)
Custo dos serviços prestados	**(5.522)**	(10.313)	**(691.362)**	(236.313)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(94.189)**	(7.965)	**(106.717)**	(53.199)
Valor adicionado bruto	**(79.355)**	(2.577)	**1.617.380**	648.165
Retenções	**-**	-	**(274.943)**	(141.095)
Depreciação e amortização	**-**	-	**(263.707)**	(136.211)
Provisão para fechamento de aterro	**-**	-	**(11.236)**	(4.884)
Valor adicionado líquido produzido	**(79.355)**	(2.577)	**1.342.437**	507.070
Valor adicionado recebido em transferência	**211.502**	128.887	**147.886**	96.054
Resultado de equivalência patrimonial	**140.257**	110.263	**(7.128)**	6.781
Receitas financeiras	**71.245**	18.624	**155.014**	89.273
Valor adicionado total a distribuir	**132.147**	126.310	**1.490.323**	603.124
Distribuição do valor adicionado	**132.147**	126.310	**1.490.323**	603.124
Pessoal	**14.309**	19.853	**443.678**	172.414
Remuneração direta	**14.721**	18.574	**329.434**	113.559
Benefícios	**(342)**	(349)	**85.652**	10.006
FGTS	**(70)**	-	**28.592**	7.849
Outros	**-**	1.628	**-**	41.000
Impostos, taxas e contribuições	**4.831**	1.172	**521.466**	**130.299**
Federais	**4.831**	1.172	**405.558**	92.295
Estaduais	**-**	-	**21.053**	4.959
Municipais	**-**	-	**94.855**	33.045
Remuneração de capital de terceiros	**77.006**	64.473	**440.516**	249.869
Aluguéis	**-**	-	**105.704**	12.343
Despesas financeiras	**77.006**	64.473	**334.812**	237.526
Remuneração de capitais próprios	**36.001**	40.812	**84.663**	50.542
Lucro do período	**36.001**	40.812	**36.001**	40.812
Participação de não controladores	**-**	-	**48.662**	9.730

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia" ou "Orizon") é uma companhia aberta (ORVR3), constituída em dezembro de 2009, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais ou civis, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, e atividades correlatas.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia, por meio de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Grupo Orizon"), atua na gestão e valorização de resíduos, com operações distribuídas em diversos estados do Brasil. O Grupo tem como ponto de partida a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos e agrega valor aos resíduos sob gestão por meio do aproveitamento energético do biogás, da produção de biometano, da geração de energia, da geração de créditos de carbono e do beneficiamento de resíduos e do beneficiamento de resíduos, além de atuar em limpeza pública e coleta pública e privada.

A estrutura operacional do Grupo compreende ativos de destinação final, unidades de tratamento e beneficiamento, plantas de geração de energia e projetos ambientais, incluindo biogás, biometano e créditos de carbono. Adicionalmente, por meio da Vital e de suas controladas, o Grupo atua prioritariamente em contratos de gestão integrada de resíduos, que combinam coleta e limpeza pública com a destinação final em aterros das próprias concessões. O Grupo mantém, ainda, contratos de coleta dedicada nos municípios de Recife (PE), Vitória (ES) e Serra (ES).

Na mesma data, o Grupo possuía a seguinte base operacional:

Categoria operacional	Quantidade	Ativo
Aterros sanitários para resíduos não perigosos	30	Ecoparque Alto Oeste
		Ecoparque Barra Mansa (concessão)
		Ecoparque Cerrado
		Ecoparque Itaboraí
		Ecoparque Itapevi
		Ecoparque Jaboatão
		Ecoparque João Pessoa (concessão)
		Ecoparque Juazeiro do Norte
		Ecoparque Maceió (concessão)
		Ecoparque Nova Iguaçu (concessão)
		Ecoparque Oeste Paulista
		Ecoparque Pantanal
		Ecoparque Paulínia
		Ecoparque Porto Velho
		Ecoparque Santa Luzia
		Ecoparque São Gonçalo (concessão)
		Ecoparque Sergipe
		Ecoparque Tremembé
		Ecoparque Campos dos Goytacazes
		Ecoparque Ipatinga
		Ecoparque Juiz de Fora (concessão)
		Central de Gerenciamento Ambiental Baru
		Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã
		Central de Gerenciamento Ambiental Titara

Categoria operacional	Quantidade	Ativo
		Foz do Iguaçu
		CMTR – Central Metropolitana de Tratamento de Resíduos
		Ecourbis
		Econit Engenharia Ambiental
		Nova Friburgo - EBMA
		Macaúbas Meio Ambiente (concessão)
Contratos de Concessão de Gestão Integrada[1]	8	Angra Meio Ambiente (AMA)
		Ecourbis Ambiental / Ecoban Ambiental
		EBMA – Empresa Brasileira de Meio Ambiente
		EBMA Gestão de Resíduos
		Econit Engenharia Ambiental
		SLEA – São Luís Engenharia Ambiental
		VIOS Engenharia Ambiental
		Hígia Ambiental
Transbordos	2	ETR Duque de Caxias
		ETR Sergipe
Aterros sanitários para resíduos perigosos	4	Ecoparque Tremembé
		Ecoparque Titara
		Ecoparque João Pessoa
		Ecoparque Rosário do Catete
Plantas de exploração de biogás	17	Ecoparque Nova Iguaçu
		Ecoparque São Gonçalo
		Ecoparque Barra Mansa
		Ecoparque Jaboatão dos Guararapes
		Ecoparque Paulínia
		Ecoparque João Pessoa
		Ecoparque Maceió
		Ecoparque Sergipe
		Ecoparque Itapevi
		Ecoparque Tremembé
		Macaúbas Meio Ambiente
		Central de Gerenciamento Ambiental Titara
		Campos dos Goytacazes
		Ipatinga
		Nova Friburgo - EBMA
		G2U Juiz de Fora Energia
		Ecourbis
Projetos de créditos de carbono	12	Ecoparque João Pessoa
		Ecoparque Jaboatão dos Guararapes
		Ecoparque Sergipe
		Ecoparque Maceió
		Ecoparque Paulínia

Categoria operacional	Quantidade	Ativo
		Ecoparque São Gonçalo
		Central de Gerenciamento Ambiental Titara, São Luís - MA
		Ecourbis Ambiental, São Paulo SP
		Vital Engenharia Ambiental, Campos dos Goytacazes
		Vital Engenharia Ambiental, Ipatinga, Santana do Paraíso - MG
		Macaúbas Meio Ambiente, Sabará MG
		Vital Engenharia Ambiental, Juiz de Fora, Juiz de Fora - MG
Plantas de biometano	9	Biometano Verde Paulínia S.A. (em operação)
		Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (em operação)
		Metagas – São Paulo, SP (01 planta em operação e expansão em construção)
		Macaúbas Meio Ambiente, Sabará -– MG (em construção)
		Biometano Juiz de Fora, Juiz de Fora MG (em construção)
		Orizon Biometano Tremembé Limitada (em construção)
		Orizon Biometano Itapevi Limitada (em construção)
		Orizon Biometano Fazenda Rio Grande Ltda. (em construção)
		Orizon Biometano Guatapará Ltda. (em construção)
Unidades de beneficiamento de resíduos	6	Magé
		Sorocaba
		UTM Jaboatão dos Guararapes
		UTM Paulínia
		Central Mecanizada de Triagem (CMT) – Ecourbis
		Unidade de Tratamento de Resíduos de Serviços de Saúde (UTRSS) - Ecourbis
Projeto waste-to-energy	1	Barueri Energia Renovável S.A.
Usinas termelétricas	3	UTE Paulínia
		UTE Orizon Pernambuco
		UTE Orizon Paraíba
Locadora de máquinas e equipamentos	1	Arendal Locadora Ltda.

[1] Tais contratos são de gestão integrada com destinação final em aterros da própria concessão. Algumas concessões têm aterros sanitários para a destinação final de resíduos.

Os ativos da Companhia receberam aproximadamente 9,3 milhões de toneladas de resíduos nos nove meses de 2026. considerando os ativos adquiridos da Vital[1].

[1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

Controladas diretas

A Orizon Meio Ambiente S.A. atua na destinação final de resíduos perigosos e não perigosos, sendo 03 aterros de resíduos perigosos e 17 aterros sanitários de resíduos não-perigosos, com de recebimento de aproximadamente 8,8 milhões de toneladas por ano[1].

A Vital Engenharia Ambiental S.A. atua na gestão e valorização de resíduos, com foco em contratos de gestão integrada, que combinam coleta e limpeza pública com a destinação final em aterros sanitários e centrais de tratamento de resíduos (CTRs), por meio de contratos de prestação de serviços ou concessões de serviços públicos. A Vital também desenvolve aterros sanitários por iniciativa própria, que atendem a várias cidades em conjunto, e aproveita o biogás gerado em alguns de seus aterros. Adicionalmente, mantém contratos de coleta dedicada, sem destinação final associada.

Adicionalmente, a Companhia atua na exploração energética do biogás gerado em seus aterros, com captação aproximada de 52.521 Nm^3 por hora e geração anual, em suas termoelétricas, de cerca de 306.517 MWh, destinados à geração de energia, produção de biometano e queima em flare[1].

No âmbito da exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente, suas controladas e a Foxx URE-JP operam aterros sanitários que, por meio da queima de biogás e das iniciativas de transição energética, são responsáveis por evitar a emissão de aproximadamente 4,5 milhões[1] de toneladas de CO_2 equivalente por ano.

Na atividade de beneficiamento de resíduos, a Companhia possuía, em 30 de setembro de 2026, 5 unidades operacionais.

A Companhia também atua por meio das seguintes controladas:

- Foxx Holding, com participação no aterro sanitário de João Pessoa (Foxx URE JP) e no projeto de waste-to-energy de Barueri (Barueri Energia Renovável);
- BioE (Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.), plataforma de energia e biometano, com participação integral em diversas investidas;
- Orizon Economia Circular, com participações societárias, incluindo consórcios.
- Orbis Ambiental S.A. (“Orbis Ambiental”), atuante na execução de obras e a prestação de serviços tanto no mercado público quanto no mercado privado, voltados para os diversos segmentos de saneamento ambiental, em especial, além de manter participações societárias em outras companhias.
- GBIO Energia S.A. (“GBIO Energia”), atuante na exploração, produção, transporte e comercialização de biometano, além de manter participações societárias em outras companhias.

[1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

Controladas indiretas

As controladas indiretas da Companhia estão apresentadas a seguir:

Empresa / Ativo	Atividade
CTR Nova Iguaçu S.A. (CTRNI)	Aterro sanitário
CTR Alcântara S.A. (CTRA)	Aterro sanitário
CTR Barra Mansa S.A. (CTRBM)	Aterro sanitário
ETR Jardim Gramacho S.A.	Transbordo de resíduos
Foxx Inova Ambiental S.A.	Holding Não-Operacional
Barueri Energia Renovável S.A.	Geração de energia a partir dos resíduos (waste-to-energy)
Foxx URE-JP	Aterro sanitário
UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Beneficiamento de Resíduos (unidade de triagem mecanizada)
CGR Cuiabá	Aterro sanitário
Orizon Tremembé Ambiental S.A.	Aterro sanitário
Orizon Itaboraí Ambiental S.A.	Aterro sanitário
Orizon Rosário do Catete Ambiental S.A.	Aterro sanitário
Orizon CTR Metropolitana Participações S.A.	Holding Não-Operacional
Orizon Sorocaba Ambiental S.A.	Beneficiamento de resíduos
SPE Maceió Ambiental S.A.	Aterro sanitário
CTR Porto Velho S.A.	Aterro sanitário
Oeste Ambiental Ltda.	Aterro sanitário
Ecoparque Juazeiro do Norte S.A.	Aterro sanitário
UTE Orizon Pernambuco Ltda.	Geração de energia elétrica
UTE Orizon Paraíba Ltda.	Geração de energia elétrica
SPE Duque de Caxias	Transbordo e Beneficiamento de Resíduos (em fase pré-operacional)
Ecoparque Oeste Paulista Ltda.	Aterro sanitário
Orizon Biometano Paulínia Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Paulínia II Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Produção de biometano
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Maceió Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Itapevi Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Biometano Nova Iguaçu S.A.	Produção de biometano (não-operacional)
Biometano São Gonçalo S.A.	Produção de biometano (não-operacional)
Orizon Biometano Rio Grande Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Vital Engenharia Ambiental S.A.	Aterro sanitário e coleta (holding operacional)
Ama - Angra Meio Ambiente S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Arendal Locadora Ltda.	Locação de máquinas e equipamentos

Empresa / Ativo	Atividade
Central De Gerenc. Ambiental Juparanã S.A.	Aterro sanitário
Central De Gerenciamento Ambiental Baru S.A.	Aterro sanitário
Central De Gerenciamento Ambiental Titara S.A.	Aterro sanitário
Ebma Empresa Brasileira De Meio Ambiente S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Ebma Gestão De Resíduos S.A	Gestão integrada de Resíduos
Ecoban Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Econit Engenharia Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos / Aterro sanitário (inerte)
Ecoparque Pirapora Ambiental S.A.	Aterro sanitário
Ecourbis Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Macaubas Meio Ambiente S.A.	Aterro sanitário
Slea - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Orbis Ambiental S.A.	Aterro sanitário
CRV São João Del Rei Ltda.	Aterro sanitário
Central De Gerenciamento Ambiental Figueiras Ltda.	Aterro sanitário
GBIO Energia S.A.	Holding Não-Operacional
CH4 Energia S.A.	Produção de biometano
G3 Energia S.A.	Produção de biometano
Metagás Biogás E Energia S.A.	Produção de biometano
Metagera Energia Ltda.	Produção de biometano (não-operacional)
Ecol Saneamento Ambiental	Aterro sanitário
Vios Engenharia Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos
Higia Ambiental S.A.	Gestão integrada de Resíduos
CMTR Central Metropolitana De Trat. Resi	Aterro sanitário
GA Energia S.A.	Plantas de exploração de biogás
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	Plantas de exploração de biogás (não-operacional)
G2U Ipatinga Energia S.A.	Plantas de exploração de biogás (não-operacional)
Stone Participações	Holding de participação societária

Combinações de negócios (PPA)

As transações realizadas pela Companhia foram contabilizadas conforme CPC 15 (R1) / IFRS 3 – Combinação de Negócios.

Aquisição e Incorporação Holding Vital

Em 17 de dezembro de 2025, a Companhia celebrou acordo de associação visando a incorporação da Growth Investimentos em Valorização de Resíduos S.A. (“Holding Vital”), no contexto de uma combinação de negócios.

Em 11 de junho de 2026, a Companhia concluiu a aquisição da Holding Vital, realizando sua incorporação em ato contínuo. Em decorrência da Incorporação, foram homologados: (i) o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 3.308.550, mediante a emissão, pela Companhia, de 41.197.230 novas ações ordinárias, em quantidade anterior ao desdobramento de ações na proporção de 1:4 aprovado em 10 de agosto de 2026, equivalente a 164.788.920 ações após o desdobramento ("Novas Ações OrizonVR"); e (ii) a emissão de 5.646.849 bônus de subscrição, como vantagem adicional ao subscritor das Novas Ações OrizonVR no âmbito da Incorporação, nos termos do artigo 77 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e conforme as características previstas no Anexo 6.1 do Protocolo e Justificação ("Bônus de Subscrição").

As novas ações e os bônus de subscrição emitidos pela OrizonVR (i) foram entregues ao Gama Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia ("FIP Gama"), na qualidade de único acionista da Holding Vital, em substituição às ações de emissão da Holding Vital por ele detidas; e (ii) as novas ações passaram a ser negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, observadas as regras do Acordo de Acionistas. Em decorrência da Incorporação, o FIP Gama passou a deter participação de 30% do capital social total da OrizonVR, e a Companhia passou a deter 100% do capital social das Sociedades Vital, após a extinção da Holding Vital.

O Grupo optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida ao valor justo.

Com a consumação da Incorporação, a OrizonVR consolida-se como a maior plataforma de valorização de resíduos e economia circular da América Latina, com volume destinado de aproximadamente 14,5 milhões de toneladas por ano, geração de créditos de carbono superior a 4 milhões de toneladas de carbono equivalente, além de um pipeline extenso de projetos de biometano.[1]

[1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

Ativos adquiridos e passivos assumidos	**Holding Vital[2]**
Ativo Total	**6.829.762**
Caixa e equivalentes de caixa	1.036.238
Subscrição de debêntures	139.830
Contas a receber e outros recebíveis	1.145.307
Precatórios a receber	-
Estoques	164
Partes relacionadas	15.661
Impostos e contribuições a recuperar	123.494
Adiantamento a fornecedores	50.435
Depósitos judiciais	89.883
Outros ativos	59.882
Investimentos	29.921
Imobilizado	903.851

Intangível	3.235.096
Passivo Total	**(3.367.161)**
Fornecedores	(145.390)
Partes relacionadas	(167.108)
Empréstimos e financiamentos	(1.165.779)
Empréstimos e financiamentos | Partes relacionadas	(578.738)
Debêntures	(24.412)
Obrigações fiscais	(81.364)
Tributos diferidos	(189.044)
Obrigações trabalhistas	(164.463)
Ônus da concessão	(2.201)
Adiantamento a clientes	(1.473)
Provisão para riscos judiciais	(110.495)
Contas a pagar	(13.500)
Outras obrigações	(30.260)
Outorgas a pagar não circulante	(11.136)
(-) Imposto Diferido	(681.798)
Total dos ativos identificáveis a valor justo	**3.462.601**
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**1.706.811**
Participação de minoritários	**(1.767.537)**
Total da contraprestação	**3.401.874**
Valor justo da contraprestação transferida:	
Ações OrizonVR	3.204.124
Bônus de subscrição	197.750
Total	**3.401.874**

[2]A Companhia, com base nas normas contábeis aplicáveis e com o suporte de uma empresa especializada em avaliações, está apurando o balanço na data da aquisição, o valor justo dos ativos e passivos e a alocação do preço de compra ("purchase price allocation ou PPA"), em decorrência disso, os valores acima identificados são provisórios. Conforme os itens 45 a 50 do CPC 15 (R1) / IFRS 3, esses valores poderão ser ajustados retrospectivamente em até 12 meses da data da transação, para refletir novas informações sobre fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Até 30 de setembro de 2026, no período, foram reconhecidos ajustes do período de mensuração de R$ 3.100 no Patrimônio, líquido da controlada Vital, decorrentes da baixa de um dividendo a receber do ativo Inova que a Vital detinha e foi alienado, com contrapartida no ágio.

[3] O ágio gerado refere-se substancialmente a ativos intangíveis que não se qualificam para reconhecimento em separado.

As informações contábeis consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026 incluem os resultados da Holding Vital e suas controladas de forma proporcional (*pro-rata*), a partir de 12 de junho de 2026. Dessa forma, a receita líquida e o resultado consolidados do período não são diretamente comparáveis aos do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

O ágio apurado previamente na alocação do preço de compra pela aquisição da Holding Vital está diretamente ligado à expectativa de rentabilidade futura da controlada Gbio e suas investidas, que se encontram atualmente em situação pré-operacional.

Desde a data da aquisição, a Vital Holding contribuiu para o Grupo com receitas líquidas operacionais de R$998.108 e lucro líquido de R$133.101. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, as receitas do Grupo totalizariam R$2.640.729, e o lucro das operações seria de R$486.385, no período findo em 30 de setembro de 2026[1].

Ecoparque Oeste Paulista LTDA. ("Oeste Paulista")

Em 01 de outubro de 2025, foi realizada, pela Companhia, a aquisição de 100% das quotas da G4 - Gestão e Controles de Materiais Ltda., empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O Aterro Sanitário recebe atualmente cerca de 11 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos. O Ativo também alcança municípios de Mato Grosso do Sul e Paraná. . O valor da firma (enterprise value) atribuído à Transação foi de R$ 40 milhões, do qual foram descontadas dívidas financeiras e operacionais da companhia. A Transação incluiu ainda uma parcela variável do preço de aquisição (earn-out), sujeita a métricas específicas definidas nos documentos da operação.

O quadro abaixo, representa o Balanço patrimonial na data da aquisição:

Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	186
Títulos e valores mobiliários	103
Contas a receber de clientes	257
Impostos e contribuições a recuperar	2
Total do ativo circulante	**548**
Não Circulante	
Imobilizado, Líquido	9.308
Total do ativo não circulante	**9.308**

Passivo e Patrimônio Líquido	
Circulante	
Empréstimos e financiamentos	515
Arrendamentos	583
Fornecedores a pagar	4.842
Salários e encargos sociais	27
Impostos e contribuições a recolher	549
Parcelamento de impostos	23
Outros passivos circulantes	1
Total do passivo circulante	**6.540**
Não Circulante	
Parcelamento de Impostos - não circulante	372
Outros passivos não circulantes	4.592
Total do passivo não circulante	**4.964**
Patrimônio Líquido	
Capital Social	8.872
(-) Prejuízos acumulados	(10.520)
Total do Patrimônio Líquido	**(1.648)**

Total do Ativo	**9.856**	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	**9.856**

Período de Mensuração do Purchase Price Allocation (PPA)

A Companhia apurou os valores da combinação de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) / IFRS 3 (R) – "Combinação de Negócios". Na data da aquisição, os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos foram reconhecidos por valores provisórios.

Em outubro de 2026, dentro do período de mensuração de até 12 meses contados da data de aquisição, a Companhia concluiu a alocação do preço de compra com base em laudo de avaliação por empresa especializada independente.

Os valores justos definitivos dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos estão demonstrados a seguir:

	Oeste Paulista
Valor justo da contraprestação transferida:	
Valor Pago	40.000
Earn-out	24.722
Enterprise value	(9.767)
Valor Total	**54.955**
Ativos identificáveis (mais-valia)	
Imobilizado	467
Licenças	56.136
Total ativos identificáveis	**56.603**
Patrimônio líquido contábil na data de aquisição	(1.648)

Incorporação

Em 28 de fevereiro de 2026, a CGR Cuiabá Ambiental incorporou a Holding Pantanale a CGR ambiental pelos acervos líquidos de R$ 57.034 e (275), respectivamente, sem alterações no controle societário uma vez que estão sob controle comum as informações estão demonstradas abaixo:

Descrição	R$ mil
Ativo total	131.617
Passivo total	74.583
Patrimônio líquido	57.034

Descrição	R$ mil
Ativo total	254
Passivo total	529
Patrimônio líquido	(275)

Controladas em conjunto e coligadas

A Companhia mantém participações em empreendimentos conjuntos e coligadas, com destaque para:

Investida	Atividade	Participação
UTE Paulínia	Geração de energia	33,33%
Vamtec Orizon	Beneficiamento de resíduos	50%
CTR Metropolitana Serviços	Aterro sanitário	50%
CTR Santa Luzia	Aterro sanitário	50%
Biometano Verde Paulínia	Produção de biometano	49%
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	Aterro sanitário	45%
Arendal Locadora Ltda.	Locação	0,01%
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	Geração de energia	50%
G2U Ipatinga Energia S.A.	Geração de energia	50%
GA Energia S.A.	Geração de energia	49%

Aquisição de participação no Aterro Sanitário de Rondonópolis (MT)

A subsidiária integral Orizon Meio Ambiente S.A. celebrou contrato para a aquisição de participação correspondente a 51% do capital social da sociedade titular do Aterro Sanitário de Rondonópolis, localizado no município de Rondonópolis, estado de Mato Grosso ("Transação"), conforme divulgado ao mercado em 13 de agosto de 2026. O ativo, licenciado e em operação, recebe, em média, de 13 a 14 mil toneladas mensais de resíduos sólidos urbanos, atendendo Rondonópolis e municípios do entorno, e reforça o posicionamento da Companhia no estado de Mato Grosso, onde já opera o Ecoparque Cuiabá.

O valor da firma (*enterprise value*) atribuído à participação de 51% ora adquirida é de R$ 45,4 milhões, a serem pagos à vista no fechamento da operação. O ativo possui EBITDA anual corrente estimado entre R$ 16 milhões e R$ 18 milhões (participação de 100%).

A Transação já foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 23 de setembro de 2026. Encontram-se em andamento as demais condições precedentes previstas em contrato, tais como: (1) inexistência de impedimentos ao cumprimento do contrato; (2) conclusão da auditoria pelo comprador; (3) obtenção de todas as autorizações previstas no Estatuto Social; (4) obtenção de determinadas regularizações ambientais, dentre outras. Como o fechamento ainda não ocorreu, a Companhia não obteve o controle da sociedade a ser adquirida e nenhum efeito patrimonial ou de resultado foi reconhecido em decorrência da Transação.

Aquisição de participação adicional na concessionária Ecourbis

Em 18 de agosto de 2026, a controlada Vital Engenharia Ambiental S.A. Concluiu a aquisição de 50% do capital social da Stone Ambiental LTDA. (“Stone”), que detinha 11,70% do capital social da concessionária Ecourbis Ambiental S.A.

A transação não alterou a participação direta da Vital na Ecourbis, que segue em 63,25%. Por meio da Stone, a Vital passa a deter participação indireta adicional de 5,85% (50% × 11,70%), o que eleva sua participação econômica total na concessionária para 69,2%. Marquise Ambiental, S.A. Paulista e S.A Paulista de construções e comércio permanecem como demais acionistas diretos da Ecourbis.

A Ecourbis detém concessão dos serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos urbanos na cidade de São Paulo, o maior contrato de gestão integrada de resíduos do Brasil, com vigência até 2044. A Concessionária opera sob modelo de tarifa fixa mensal, da ordem de R$ 130 milhões, o que confere elevada previsibilidade de receita e de fluxo de caixa, além de receitas não tarifárias complementares. Em 2025, a Ecourbis registrou receita líquida de R$ 1.312,6 milhões, EBITDA de R$ 542,7milhões e lucro líquido de R$ 386,9 milhões[1], com posição de caixa líquido de R$ 442,1 milhões.

O valor atribuído à participação adquirida na Stone é de R$ 79.952, pago de forma parcelada e corrigido pelo IPCA, neste valor está contido o valor de R$ 10.800 referente ao acordo de non compete assinado pelos vendedores, a contraprestação é fixa não reajustável, gerando um investimento de R$ 21.351 um dividendos a receber de R$ 24.902 e um goodwill de R$33.699.

A Transação insere-se na estratégia de simplificação da estrutura societária da OrizonVR e amplia a exposição da Companhia a um de seus ativos mais relevantes — concessão de longa duração, receita contratada e alta previsibilidade.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "*Interim Financial Reporting*", emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB "* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR.

As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para demonstrações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2025, emitidas em 25 de março de 2026.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 11 de novembro de 2026.

Conforme Orientação Técnica OCPC 07(R1), a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos e passivos mensurados pelo valor justo, quando indicados.

2.3 Base de consolidação

As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2026. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

		30/09/2026	31/12/2025
Controladas da Orizon Valorização de Resíduos:			
Orizon Meio Ambiente S.A,	Controlada direta	100	100
Foxx Holding S.A.	Controlada direta	100	100
Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.	Controlada direta	100	100
Orizon Economia Circular Ltda.	Controlada direta	100	100
Vital Engenharia Ambiental S.A.	Controlada direta	100	-
Orbis Ambiental S.A.	Controlada direta	100	-
GBIO Energia S.A.	Controlada direta	100	-
Controladas e coligadas da Orizon Meio Ambiente:			
CTRNI	Controlada indireta	100	100
CTRA	Controlada indireta	100	100
CTRBM	Controlada indireta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada indireta	100	100
UTM Jaboatão	Controlada indireta	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itaboraí	Controlada indireta	100	100
SPE Rosário do Catete	Controlada indireta	100	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada indireta	100	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada indireta	100	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	50
SPE Maceió	Controlada indireta	100	100
Orizon Pantanal	Controlada indireta	-	100
CTR Porto Velho	Controlada indireta	51	51
CTR Santa Luzia	Controlada em conjunto	50	50
Centro de Gerenciamento de Residuais Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	100	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda.	Controlada indireta	-	100

		30/09/2026	31/12/2025
Oeste Ambiental	Controlada indireta	51	51
Ecoparque Juazeiro	Controlada indireta	83,32	51
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada indireta	100	100
SPE Central proc.de Resí. Urb. de Duque de Caxias S.A	Controlada indireta	100	100
Biometano Verde Paulínia	Controlada em conjunto	49	49
Consórcio Pernambuco Asja (1)	Consórcio	50	50
Ecoparque Oeste Paulista LTDA.	Controlada indireta	100	100
Controladas da Foxx Holding:			
Foxx Inova Ambiental S.A	Controlada indireta	100	100
Foxx URE JP Ambiental S.A	Controlada indireta	67	67
Consórcio Paraíba Asja (1)	Consórcio	50	50
Barueri Energia Renovável S.A.	Controlada indireta	80	80
Controladas da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda.			
Orizon Biometano Paulínia Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Paulínia II Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon O&M Ltda.	Controlada indireta	-	100
Orizon Locação de equipamento Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Rosário do Catete Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Jaboatão dos Guararapes Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano João Pessoa Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Cuiabá Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Tremembé Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Itapevi	Controlada indireta	100	100
Biometano Nova Iguaçu S.A.	Controlada indireta	50	100
Biometano São Gonçalo S.A.	Controlada indireta	50	100
UTE Orizon Pernambuco	Controlada indireta	100	100
Consórcio Pernambuco Asja (1)	Consórcio	50	50
UTE Orizon Paraíba	Controlada indireta	100	100
Consórcio Paraíba Asja Foxx (1)	Consórcio	50	50
Orizon Biometano Maceió Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Itapevi Ltda.	Controlada indireta	100	100
OrizonComercializadora de Biometano Jaboatão do Guararapes LTDA.	Controlada indireta	100	100
Orizon Biometano Fazenda Rio Grande Limitada	Controlada indireta	100	100
Controladas da Orizon Economia Circular Ltda.			
Consórcio Orizon Tera	Joint venture	50	50
Gestora Orizon	Controlada indireta	100	100

Vital Engenharia Ambiental S.A. (2)			
Central de Gerenciamento Ambiental BARU S.A.	Controlada indireta	100	-
EBMA - Emp. Brasileira de Meio Ambiente S.A.	Controlada indireta	100	-
MACAÚBAS Meio Ambiente S.A.	Controlada indireta	100	-
Central de Gerenciamento Ambiental JUPARANÃ S.A.	Controlada indireta	51	-
ARENDAL Locadora Ltda.	Controlada indireta	99,99	-
ECOBAN Ambiental S.A.	Controlada indireta	63,25	-
ECOURBIS Ambiental S.A.	Controlada indireta	63,25	-
ECONIT Engenharia Ambiental S.A.	Controlada indireta	51,5	-
Central de Gerenciamento Ambiental TITARA S.A.	Controlada indireta	51	-
SLEA - São Luiz Engenharia Ambiental S.A.	Controlada indireta	50	-
AMA Angra Meio Ambiente S.A.	Controlada indireta	51	-
VIOS Engenharia Ambiental S.A.	Controlada indireta	100	-
HIGIA Ambiental S.A.	Controlada indireta	100	-
Ecoparque PIRAPORA Ambiental S.A.	Controlada indireta	94,5	-
EBMA - Gestão de resíduos S.A.	Controlada indireta	100	-
CMTR – Central Metropolitana de Trat. Resíduos S.A.	Controle compartilhado	45	-
Stone Participações (3)	Controle compartilhado	50	-
Orbis Ambiental S.A. (2)			
ECOL Saneamento Ambiental S.A.	Controlada indireta	52	-
CVR São João Del Rei S.A.	Controlada indireta	51	-
Central de Gerenciamento Ambiental Figueiras Ltda.	Controlada indireta	99,99	-
Arendal Locadora Ltda.	Coligada	0,01	-
GBIO Energia S.A. (2)			
CH4 Energia S.A.	Controlada indireta	65,5	-
C3 Energia S.A.	Controlada indireta	50	-
Metagera Energia Ltda.	Controlada indireta	60	-
Metagás Biogás e Energia S.A.	Controlada indireta	60	-
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	Controle compartilhado	50	-
G2U Ipatinga Energia S.A.	Controle compartilhado	50	-
GA Energia S.A.	Controle compartilhado	49	-

(1) A participação pode variar conforme receita gerada. No Consórcio Pernambuco Asja OMA, a participação é dividida entre a UTE Pernambuco 50% e a Orizon Meio Ambiente 50%, ambas investidas da Companhia. No Consórcio Paraíba Asja Foxx, a participação é de 50% da Foxx URE-JP Ambiental S.A e 50% da UTE Paraíba, ambas investidas da Companhia.

(2) Informações referentes às empresas adquiridas em 11 de junho de 2026, juntamente com suas investidas, conforme divulgado na nota 1.

(3) Refere se a participação indireta de 5,85% no capital da Ecourbis.

2.4 Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia.

2.5 Julgamentos, estimativas premissas contábeis significativas

A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo.

2.6 Normas emitidas, vigentes e não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das informações contábeis intermediárias do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção inicial da norma.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 10 e IAS 28 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto. Ainda sem data de vigência definida pelo IASB, as alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto tratam de eventuais ganhos e perdas decorrentes da perda de controle de uma controlada que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Como não existe data de vigência, a Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos desta alteração.

IFRS 18 / CPC 51 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Alterações à IFRS 18 / CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 / CPC 51 substitui a IAS 1 / CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração de resultado, transportando diversas das exigências na IAS 1 / CPC 26 (R1) /não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 – Lucro por Ação.

A IFRS 18 / CPC 51 apresenta novas exigências para:

• apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado;

• apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (“MPMs”) nas notas explicativas às demonstrações financeiras;

• melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A Companhia deve aplicar a IFRS 18 / CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos que esta nova norma trará, incluindo impactos sistêmicos para capturar as novas exigências da IFRS 18.

IFRS 9 e IFRS 7 Instrumentos Financeiros

Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40), emitidas pelo IASB, refinam a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco em pagamentos eletrônicos, características ESG em empréstimos e instrumentos sem recurso. Entre as principais mudanças, destaca-se:

• Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica;

• Classificação de ativos financeiros: Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo e ativos financeiros com características ‘non-recourse’; instrumentos contratualmente vinculado;

• Divulgações: Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia continua avaliando os potenciais impactos destas alterações, e não espera que tenham impactos materiais.
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações propostas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais, visam aprimorar a transparência e facilitar a compreensão das implicações financeiras dos contratos de eletricidade renovável, permitindo uma tomada de decisão mais informada sobre o impacto desses contratos no desempenho financeiro.

As principais alterações são: Alterações ao IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

• Uso Próprio (Own Use) - As alterações esclarecem como os contratos de compra de eletricidade gerada por fontes variáveis (solar, eólica) podem atender aos critérios de "uso próprio" (exceção de não contabilização pelo valor justo) mesmo quando a geração é intermitente e dependente de condições climáticas.

• Contabilidade de Hedge - Os requisitos de contabilidade de hedge no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge; para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e para mensurar o item objeto de hedge utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge. Alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

• O IFRS 7 e o IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. As alterações aos requisitos de contabilidade de hedge devem ser aplicadas prospectivamente a novas relações de hedge designadas a partir da data da adoção inicial.

Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11 Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros), IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção inicial das normas.

2.7 Reapresentação das demonstrações financeiras - Desdobramento de ações

Em 10 de agosto de 2026, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1:4. Cada ação ordinária passou a ser representada por quatro ações ordinárias. O valor do capital social não foi alterado. Com o desdobramento, o capital social passou de 137.324.101 para 549.296.404 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações passaram a ser negociadas ex-desdobramento em 11 de agosto de 2026, e as novas ações foram creditadas aos acionistas em 13 de agosto de 2026.

Resultado por Ação, o lucro básico e o lucro diluído por ação foram ajustados retrospectivamente para todos os períodos apresentados, como se o desdobramento tivesse ocorrido no início do período comparativo mais antigo. Por isso, os valores por ação dos períodos comparativos findos em 30 de setembro de 2025 estão sendo reapresentados.

O ajuste não altera o lucro líquido, o patrimônio líquido, o capital social nem a participação relativa dos acionistas. Ele também não decorre de correção de erro nem de mudança de política contábil.

a) Demonstrações do resultado – Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

	Consolidado		
	30 de setembro de 2025		
Demonstração do resultado	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	40.812	-	40.812
Lucro por ação - básico e diluído	0,42	(0,30)	0,12

(a) O lucro por ação referente ao exercício findo em 30 de setembro de 2025 foi recalculado para refletir retroativamente os efeitos do grupamento de ações aprovado, na proporção de 1:4, de forma a assegurar a comparabilidade entre os exercícios e refletir adequadamente a movimentação ocorrida.

	Consolidado		
	01/07/2025 a 30/09/2025		
Demonstração do resultado	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**23.288**	**-**	**23.288**
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - básico e diluído	**0,34**	**(0,27)**	**0,07**

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Caixa e Bancos	**470**	448	**79.327**	52.276
Certificado de depósito bancário (CDB)	**37.631**	494.393	**1.398.337**	799.058
Total	**38.101**	494.841	**1.477.664**	**851.334**

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósitos bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

4. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		**Consolidado**	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Aplicações Financeiras	**-**	-	**172.578**	16.322
Notas Comerciais		54.713	**-**	54.713
	-	54.713	**172.578**	71.035
Circulante	**-**	54.713	**168.654**	71.035
Não circulante	**-**	-	**3.924**	-

Títulos e valores mobiliários

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, Certificados de Depósito Bancário (CDB), os quais apresentam baixo risco de crédito e não estão sujeitos a variações significativas no valor do principal. Essas aplicações são remuneradas por taxas pós-fixadas indexadas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com rentabilidade próxima a 100% da variação do CDI, sendo os rendimentos apropriados até a data do resgate ou vencimento.

Notas comerciais – Biometano Verde Paulínia S.A.

Em 26 de novembro de 2025, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. subscreveu 53.900notas comerciais, com valor nominal unitário de R$ 1,00, totalizando R$ 53.900 emitidas pela Biometano Verde Paulínia S.A., no âmbito de sua 1ª emissão de notas comerciais em série única para colocação privada.

As notas comerciais foram liquidadas na data de vencimento em 31 de março de 2026 e remuneradas à taxa correspondente a 100% do CDI acrescida de 1,20% ao ano, calculada em base de 252 dias úteis. A rentabilidade inicia-se após a efetiva integralização das notas comerciais.

A emissora das notas comerciais integra a estrutura societária do grupo Onebio, no qual a Companhia detém participação indireta de 49%.

Parte do saldo de aplicações financeiras refere-se a investimentos em renda fixa mantidos e oferecidos em garantia de contratos de empréstimo.

5. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Debêntures	**277.043**	200.843	**33.000**	-
	277.043	**200.843**	**33.000**	**-**
Circulante	**-**	-	**-**	
Não circulante	**277.043**	200.843	**33.000**	-

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	-
Adição	200.000	-
Rendimento das debêntures	842	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	200.842	-
Adição	**63.729**	**33.000**
Rendimento das debêntures	**19.735**	
Recebimento	**(7.263)**	**-**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**277.043**	**33.000**
Não Circulante	**277.043**	**33000**

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela sua controlada Orizon Meio Ambiente, correspondentes à 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$200.000.

As debêntures possuem carência de principal, com início de pagamento a partir de 2031 e vencimento em dezembro de 2039. Os juros são amortizados semestralmente, tendo já iniciado a partir de junho de 2026. A atualização do valor nominal unitário e remuneração das Debentures correspondem a IPCA + 7,9283% a.a..

Em 10 de junho de 2026 a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela São Simão Saneamento Ambiental S.A., correspondentes à 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional, em série única, no montante total de R$33.000.

As debêntures possuem carência de principal, com início do recebimento a partir de 2029. Os juros serão amortizados semestralmente a partir do último trimestre de 2026. A atualização do valor nominal unitário e remuneração das Debentures correspondem a IPCA + 10,05% a.a.

As debêntures foram emitidas pela São Simão para aplicação exclusiva aos pagamentos relacionados ao "Projeto São Simão".

Em 21 de julho de 2026, a Companhia adquiriu debêntures emitidas pela Barueri Energia Renovável S.A., correspondentes à 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, sem garantia, em série única, para colocação privada, no montante total de R$63.729.

As debêntures são perpétuas, sem prazo de vencimento definido. Podem ser amortizadas ou resgatadas, total ou parcialmente, a qualquer tempo e sem prêmio, a critério da emissora. Também há amortização ou resgate obrigatório sempre que houver saldo de caixa livre na emissora, depois de cumprida a ordem de alocação de recursos da 1ª emissão de debêntures da Barueri. Essas debêntures são subordinadas às da 1ª emissão. A atualização do valor nominal unitário e a remuneração das debêntures correspondem a IPCA + 9,3% a.a.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Contas a receber	**-**	-	**941.154**	333.032
Serviços a faturar	**16.840**	3.427	**346.040**	130.222
Valores conforme reequilíbrios contratuais e ou reivindicações	**-**	-	**772.756**	-
(-) Ajuste a Valor presente - AVP	**-**	-	**(242.737)**	-
	16.840	3.427	**1.817.213**	463.254
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**-**	-	**(170.544)**	(143.874)
Total	**16.840**	3.427	**1.646.669**	319.380
Circulante	**16.840**	**-**	**869.363**	**281.694**
Não circulante	**-**	**3.427**	**777.306**	**37.686**

O Saldo em aberto na controladora se refere a partes relacionadas com operações de crédito de carbono.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	**30/09/2026**	31/12/2025
A vencer	-	-	**505.819**	60.184
Vencidos até 30 dias	-	-	**19.642**	30.171
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	**38.682**	21.837
Vencidos de 61 a 90 dias	-	-	**15.494**	13.640
Vencidos de 91 a 180 dias	-	-	**47.162**	21.531
Vencidos de 181 a 360 dias	-	-	**37.794**	10.209
Vencidos acima de 360 dias	-	-	**276.561**	175.460
Total	-	-	**941.154**	333.032

Os saldos a receber da controlada indireta CTRA junto a PMSG totalizam R$40.109, dos quais R$18.008 estão classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. Para parte desse saldo há acordo firmado pela controlada indireta CTRA junto à PMSG, com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está presentada abaixo:

Movimentação do acordo	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**12.860**
Parcelas recebidas	(2.700)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**10.160**
Parcelas recebidas	-
Saldo em 30 de setembro de 2026	**10.160**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de setembro de 2026 é como segue:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Saldo em 1° de janeiro	**(143.874)**	(165.360)
Saldo oriundo de aquisição de empresas	**(17.748)**	-
Reversão (Constituição) de provisão, líquida	**(8.922)**	21.486
Saldo no fim do exercício	**(170.544)**	(143.874)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico.

A companhia considera para fim de avaliação esperada de perda principalmente os seguintes critérios: (1) avaliação das perdas realizadas por faixa de atrasos, (2) avaliação de acordos firmados e vigentes, (3) segregação de clientes por grupos de contratação, (4) aplicação dos percentuais esperados das perdas nos saldo correntes.

A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de setembro de 2026.

Reequilíbrio contratual - Ecourbis

Os valores decorrentes do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato da controlada Ecourbis estão suportados pelo Termo Aditivo-Modificativo (TAM), celebrado em junho de 2024, no âmbito do Contrato de Concessão nº 026/SSO/2004. O saldo remanescente atualizado no montante de R$772.756, deverá ser pago em parcelas mensais, atualizadas monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Os valores classificados no ativo não circulante foram ajustados a valor presente, conforme previsto na regulamentação aplicável. Para fins de mensuração, a Companhia projetou os fluxos de caixa com base na atualização monetária pelo IPCA e utilizou taxa de desconto de 102% do CDI, refletindo a taxa de remuneração de suas aplicações financeiras à época da celebração do TAM. Os valores apresentados nas demonstrações intermediárias financeiras refletem os montantes líquidos do ajuste a valor presente. Adicionalmente, parcelas com vencimento em até 12 meses foram reclassificadas para o ativo circulante.

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado)

Os créditos de carbono do Grupo decorrem da captura e destruição do metano presente no biogás gerado nos aterros, seja por queima, geração de energia ou produção de biometano, e cada crédito equivale a 1 tCO2e de emissão evitada. Os projetos são registrados na ONU ou em entidades do mercado voluntário, tais como Verified Carbon Standard (Verra) e Gold Standard, e a emissão dos créditos depende de verificação independente.

Em 30 de setembro de 2026, o Grupo possuía 13 projetos de créditos de carbono registrados: nove no Gold Standard (Ecourbis, João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes, Sergipe, Maceió, Macaúbas, Titara, Campos e São Gonçalo), dois na Verra (Paulínia e Ipatinga), um no Clean Development Mechanism ("CDM") (Nova Iguaçu) e um na Cercarbono (Juiz de Fora). Adicionalmente, o Grupo possuía 14 projetos em desenvolvimento, em diferentes etapas do processo de enquadramento junto às entidades certificadoras.

Abaixo, detalhamento dos saldos em aberto:

Empresa proprietária dos créditos de carbono	Período de geração dos créditos	Quantidade de Créditos de Carbono (tCO2eq)	Saldo
OVR	2024	573	**9.332**
OMA	2024	301	**11.556**
CTRNI	2021	563	**12.828**
CTRA	2021	422	**9.629**
MACEIO	2024 e 2025	140	**5.185**
ROSARIO	2021	063	**3.087**
ECOURBIS	2023	193.408	**6.535**
			58.152

O montante atualizado para 30 de setembro de 2026, considerando o efeito da variação cambial é de R$56.072 (R$23.861 em 31 de dezembro de 2025). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021 e 2025 sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem preço-base para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia:

(1) Desenvolvimento do projeto;

(2) Consulta aos *stakeholders* do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs etc.);

(3) Envio do projeto para a nova entidade;

(4) Revisão do projeto pela nova entidade;

(5) Certificação do projeto.

Atualmente, a Companhia, através de suas controladas indiretas, está aplicando para registro de todos os seus projetos em entidades do mercado voluntário, tais como *Verified Carbon Standard (*Verra) ou *Gold Standard*.

Em 14 de março de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque João Pessoa (Foxx URE-JP), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Adicionalmente, foram emitidos os créditos de carbono referentes aos períodos de 2021, 2022 e primeiro bimestre de 2023[1].

Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao *Gold Standard*, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais[1].

Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de créditos de carbono por ano[1].

Em 26 de novembro de 2024, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Maceió junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo rigor técnico na certificação de créditos de carbono e por seus critérios de qualidade, integridade ambiental e benefícios socioambientais[1].

O projeto consiste na captura e tratamento do biogás gerado no aterro sanitário do Ecoparque Maceió, evitando a emissão de metano para a atmosfera. A iniciativa possui capacidade estimada de geração anual de aproximadamente 480 mil créditos de carbono, provenientes da redução das emissões desse gás de efeito estufa[1].

[1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Ecoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos[1].

O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período creditício teve início em 1º de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos[1].

Em 18 de fevereiro de 2026, o projeto de créditos de carbono do Ecoparque São Gonçalo foi registrado junto à Gold Standard, certificadora internacional reconhecida pelo elevado rigor técnico na validação de créditos de carbono e por seus critérios de elegibilidade que asseguram qualidade, integridade ambiental e geração de benefícios socioambientais[1].

O projeto apresenta capacidade estimada de geração anual superior a 700 mil créditos de carbono.

Além disso, recebeu rating A (ex ante) da BeZero, avaliação independente realizada antes do registro do projeto, baseada na análise de sua estrutura técnica, adicionalidade e integridade ambiental, o que reforça sua solidez e alinhamento às melhores práticas do mercado de carbono[1].

Este é o sexto projeto de créditos de carbono da Orizon registrado no mercado voluntário, demonstrando o compromisso da companhia com iniciativas sustentáveis e com a promoção de impactos ambientais positivos, em consonância com as principais práticas globais de mitigação das mudanças climáticas[1].

OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBIO) - Adoção Inicial

Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 10 - “Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBIO)”, a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma em 2025, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono.

A OCPC 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS.

[1] Informação não revisada pelos auditores independentes da Companhia.

Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação:

- Capitalização de Gastos: Os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente.
- Reconhecimento da Receita: A receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com a contraparte, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos.

A adoção da OCPC 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção.

A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro.

Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritos abaixo:

- Durante a geração dos créditos que serão comercializados - Os gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados;
- Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque;
- Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período.

O saldo registrado no ativo intangível em 30 de setembro de 2026 foi de R$12.113.

7. Impostos e contribuições

a) Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recuperar	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (1)	**16.905**	3.706	**190.187**	48.918
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1)	**91**	2	**11.804**	2.080
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**-**	-	**11.161**	3.236
Programa de Integração Social (PIS) (1)	**-**	-	**7.326**	957
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (1)	**-**	-	**16.106**	3.985
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	**-**	-	**155**	119
Outros impostos a recuperar	**8**	8	**1.924**	918
Subtotal - tributos federais	**17.004**	3.716	**238.663**	60.213
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**-**	-	**1.410**	234
Subtotal - tributos estaduais	**-**	-	**1.410**	234
Imposto sobre Serviços (ISS) (2)	**-**	-	**7.342**	6.719
Subtotal - tributos municipais	**-**	-	**7.342**	6.719
Total	**17.004**	3.716	**247.415**	67.166
Circulante	4.051	3.716	142.220	67.166
Não circulante	12.953	-	105.195	-

(1) Os saldos apresentados referem-se principalmente (i) aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços, e (ii) impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

(2) O saldo apresentado refere-se à retenção de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.

b) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
Impostos a recolher	**30/09/2026**	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	**3**	3	**3.287**	2.860
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	**-**	-	**445**	438
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**193**	304	**95.299**	13.460
Programa de Integração Social (PIS)	**32**	50	**21.848**	2.615
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	**-**	-	**46.402**	2.415
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	**-**	-	**118.211**	3.606
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	**-**	-	**39.212**	8.265
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviços (ICMS)	**-**	-	**1.303**	1.484
IOF	**767**	767	**763**	763
Outros impostos (*)	**47**	1.146	**19.452**	9.118
Total	**1.042**	2.270	**346.222**	45.024
Circulante	**1.042**	2.270	**98.013**	45.024
Não circulante	**-**	-	**248.209**	-

(*) Nesta rubrica estão alocados principalmente os impostos provisionados para os serviços a faturar.

O saldo de COFINS, PIS, ISS, IRPJ e CSLL apresentado em impostos e contribuições a recolher contempla, substancialmente, a reclassificação de tributos diferidos oriundos da Vital. Dessa forma, o aumento do saldo em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, dessa reclassificação contábil, não representando exclusivamente obrigações tributárias correntes a serem liquidadas no curto prazo.

Incentivos fiscais – SUDENE e SUDAM

Algumas controladas da Companhia têm incentivos fiscais da SUDENE e da SUDAM. O benefício é a redução de 75% do IRPJ e adicionais, por 10 anos a partir do exercício indicado. A Companhia protocolou na Receita Federal do Brasil (RFB) os pedidos de reconhecimento do direito à redução, com base nos laudos de enquadramento emitidos pelas autarquias.

Empresa	Órgão	Laudo de enquadramento	Vigência do benefício	Situação na RFB
OMA – filial Jaboatão dos Guararapes/PE	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Pedido protocolado
UTM Jaboatão dos Guararapes Ltda.	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Pedido protocolado
Foxx URE-JP Ambiental S.A.	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Pedido protocolado
SPE Maceió Ambiental S.A.	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Pedido protocolado
Rosário do Catete Ambiental S.A.	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Pedido protocolado
Central de Gerenciamento Ambiental Titara S.A.	SUDENE	dez/2022	2022 a 2031	Laudo Constitutivo 0355/2022
Central de Gerenciamento Ambiental Juparanã S.A.	SUDENE	dez/2023	2023 a 2032	Laudo Constitutivo 0408/2023
Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda. (CGR Cuiabá)	SUDAM	dez/2024	2024 a 2033	Reconhecido (Ato Declaratório nº 034833712, de 11/08/2025), com efeito retroativo a 01/01/2024
CTR Porto Velho	SUDAM	dez/2025	2025 a 2034	Em análise

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período

A conciliação entre o valor dos encargos tributários apurados conforme alíquotas nominais e o valor registrado no resultado consolidado da Companhia para os períodos findos em 30 de setembro de 2026 e 2025 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**36.001**	40.812	**187.748**	67.690
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(12.240)**	(13.876)	**(63.834)**	(23.015)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**47.687**	37.489	**2.424**	2.306
Doações	**-**	-	**(1.417)**	1.005
Multa e juros	**(321)**	189	**(3.224)**	2.557
Benefício de incentivos fiscais	-	-	**10.898**	-
Investidas tributadas no lucro presumido			**43.001**	(8.854)
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	(35.126)	(23.802)	(90.933)	8.853
Total do Imposto de renda e contribuição social	**-**	-	**(103.085)**	(17.148)
Alíquota efetiva (*)	**0%**	0%	**-55%**	-25%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	**-**	**-**	**(117.966)**	(20.009)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	**-**	**-**	**14.881**	2.861

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**28.364**	23.288	114.268	**30.726**
Alíquota nominal combinada	**34%**	34%	**34%**	34%
Despesa de IRPJ/CSLL à alíquota fiscal vigente	**(9.644)**	(7.918)	**(38.851)**	(10.447)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	**39.370**	15.156	779	349
Doações	**-**	-	(397)	-
Multa e juros	**(115)**	66	(1.448)	941
Benefício de incentivos fiscais	**-**	-	8.350	-
Investidas tributadas no lucro presumido	**-**	-	40.441	(3.228)
Créditos tributários constituídos (não constituídos) e redução de passivo fiscal diferido	**(29.611)**	(7.304)	(67.452)	9.001
Total do Imposto de renda e contribuição social	**-**	-	**(58.578)**	(3.384)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
Alíquota efetiva (*)	**0%**	0%	**-51%**	-11%
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	-	-	**(70.781)**	**(4.940)**
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	-	-	**12.203**	**1.556**

(*) O cálculo da alíquota efetiva está diretamente impactado pelos efeitos das controladas indiretas tributadas pelo regime do lucro presumido e pelos créditos não constituídos sobre o prejuízo fiscal da Companhia.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos são como abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025
Ativo		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	**798.000**	135.628
Diferenças temporárias		
Provisão de créditos para liquidação duvidosa	**57.985**	48.917
Provisão para contingências	**43.311**	4.970
Créditos tributários não constituídos por alcançar o limite de recuperabilidade	**(769.298)**	(63.922)
	129.998	125.593
Passivo		
Diferenças temporárias		
Aproveitamento do ágio gerado nas aquisições incorridas entre 2006 e 2009	**(21.417)**	(21.417)
Ajuste a valor presente	**(22.782)**	(21.851)
Aquisição Vital - Mais Valia (*)	**(660.376)**	-
	(704.575)	(43.268)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos)	**(574.577)**	82.325

(*) Refere-se ao imposto diferido passivo sobre a mais-valia de ativos tangíveis e intangíveis, identificados no processo de alocação do preço de compra (PPA) em combinações de negócios (Transação Vital) com realização vinculada à amortização dos respectivos ativos, sem efeito caixa.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Para cálculo da expectativa de compensação de impostos com prejuízos fiscais e base negativa, foram adotadas premissas baseadas no plano de negócios da Companhia e na projeção de lucro tributável dos próximos anos, levando-se em consideração as reestruturações societárias realizadas e esperadas para a Orizon Meio Ambiente, realização de valor justo da operação de debêntures entre Orizon Valorização de Resíduos e sua controlada Orizon Meio Ambiente, com realização dos efeitos de valor justo apurados na origem da transação, além de melhoria na performance operacional com consequente aumento de base tributável.

Visando a melhor eficiência operacional e administrativa, a Companhia pretende incorporar as empresas recém-adquiridas na Orizon Meio Ambiente, por isso não constituiu passivo fiscal diferido sobre os valores justos alocados.

Na Orizon Valorização de Resíduos, foi constituído imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a mais-valia de ativos identificados no PPA de aquisição da Holding Vital, no montante atualizado de R$ 660.376 em 30 de setembro de 2026.

A Administração considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, estão aderentes ao plano de negócios da Companhia.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com o CPC 32/IAS 12, a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados conforme abaixo:

2027	**20.022**
2028	**23.133**
2029	**26.545**
2030	**30.697**
2031 em diante	**29.601**
Total	**129.998**

Os prejuízos fiscais e as bases negativas do imposto de renda e da contribuição social não possuem prazo de prescrição para fins de compensação. Contudo, sua compensação está limitada a 30% do lucro tributável do exercício em que houver a compensação.

O passivo fiscal diferido registrado pela controlada Orizon Meio Ambiente se refere ao efeito de 34% sobre a dedutibilidade fiscal das parcelas de amortização fiscal dos ágios, cuja amortização cessou contabilmente a partir do exercício de 2009.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos e são como segue:

Ativo e passivo fiscal diferido (Consolidado)

	Consolidado					
	30/09/2026			**31/12/2025**		
	Ativo Diferido	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**	**Ativo Diferido**	**Passivo Diferido**	**Efeito líquido**
Orizon Meio Ambiente (*)	**129.998**	**(704.575)**	**(574.577)**	125.593	**(43.268)**	82.325
Orizon	**19.946**	**(19.946)**		**19.946**	**(19.946)**	-

(*) Em 30 de setembro de 2026, a Companhia possuía passivo fiscal diferido constituído sobre o ajuste a valor justo relacionado à 5ª emissão de debêntures, na controladora, e sobre o ajuste a valor presente do empréstimo contratado com o Banco Bradesco e a mais-valia decorrente da aquisição do Grupo Vital, no consolidado.

e) PIS e COFINS diferidos

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui registrado PIS (0,65%) e COFINS (4%) diferidos sobre o efeito reconhecido no resultado originado pela operação com o FIDC NP.

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Instrumento financeiro mensurado a valor justo	**58.665**	**58.665**
PIS e COFINS diferidos passivos (0,65% e 4%)	**2.728**	**2.728**

8. Transações com partes relacionadas

Os detalhes das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Partes relacionadas - Ativo		**Controladora**		**Consolidado**	
		30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Orizon Meio Ambiente (1)	Controlada	**256.059**	215.117	**-**	-
Foxx Holding (1)	Controlada	**100.810**	104.393	**-**	-
CTR Nova Iguacu ([1])	Controlada	**1.836**	1.829	**-**	-
Orizon Energia e Gás Renovável	Controlada	**69.529**	-	**-**	-
CGR Cuiabá	Controlada	**125**	125	**-**	-
Orizon Economia Circular	Controlada	**1.312**	1.103	**-**	-
Consorcio Orizon Tera	Controlada	**-**	-	**3.810**	3.247
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada	**278**	278	**3.383**	2.983
LS Participações ([2])	Coligada	**-**	-	**9.834**	7.447
Ecofort Amazon	Coligada	**-**	-	**11.163**	23.681
Gera	Coligada	**-**	-	**153**	153
Consórcio Paraiba ASJA FOXX	Controlada	**-**	-	**1.766**	105
Consorcio Pernambuco ASJA OMA	Controlada	**-**	-	**23.200**	1.890
Transportes Vigia Sociedad Por Acciones Simplificada S A S	Coligada	**-**	-	**228**	-
Vital Ambiental	Controlada	204.214	-	**-**	-
Orbis Ambiental	Controlada	**16.018**	-	**-**	-
Gbio Energia	Controlada	**88.168**	-	**-**	-
Outros	Coligada	**-**	-	**2.008**	-
Total		**738.349**	322.845	**55.545**	39.506
Circulante		**-**	-	**218**	-
Não circulante		**738.349**	322.845	**55.327**	39.506

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

(2) Os saldos referem-se a transações de conta corrente com acionista não controlador da Foxx Ure-JP e a LS Participações.

Partes relacionadas - Passivo		**Controladora**		**Consolidado**	
		30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
CTRBM (1)	Controlada	**18.113**	18.113	**-**	-
CTR Alcântara (1)	Controlada	**8.632**	8.633	**-**	-
Barueri Energia (1)	Controlada	**-**	-	**-**	-
Foxx Inova (1)	Controlada	**11.670**	11.670	**-**	-
FOXX URE-JP	Controlada	**3.266**	3.266	**-**	-
Orizon Energia E Gás Renovável (1)	Controlada	**-**	22.831	**-**	-
H.S.Beserra Construções e Serviços	Coligada	**-**	-	**117**	117
Consorcio Pernambuco Asja Oma	Controlada	**-**	-	**23.521**	2.434
Consórcio Paraiba ASJA FOXX	Controlada	**-**	-	**1.768**	91
Consorcio Orizon Tera	Controlada	**-**	-	**272**	-
Foxx Holding	Controlada	**-**	-	**-**	-
Vamtec Haztec	Controlada	**-**	-	**334**	334
UTE Paulínia	Controlada	**-**	-	**11.941**	9.291
EMTR - Empr. Metrop. Tratamento De Resid	Coligada	**-**	-	**1.053**	-
Ecofort	Coligada	**-**	-	**1.295**	-
Revert Solucoes Ambientais S.A.	Coligada	**-**	-	**35**	-
Ecoban Ambiental S.A.	Controlada	**-**	-	**676**	-
Dividendos A Pagar	Coligada	**-**	-	**161.325**	-
Total		**41.681**	**64.513**	**202.337**	**12.267**
Circulante		-	-	**6.399**	-
Não circulante		**41.681**	64.513	**195.938**	12.267

(1) Os saldos referem-se a transações de conta corrente para manutenção do capital de giro.

Transações de Conta-Corrente

Os saldos com partes relacionadas referem-se, substancialmente, a contas correntes sem incidência de juros, prazo de vencimento indeterminado e sem garantias. A liquidação dos saldos gera efeito nos saldos de bancos e nas contas patrimoniais de partes relacionadas, não havendo impacto no resultado.

Afim de evitar a imprevisibilidade de entradas de recursos frente às obrigações, o grupo econômico passou a realizar operações de "conta corrente" para que a Companhia, suas controladas e subsidiárias pudessem atingir seu objeto social e preservar os interesses das empresas, bem como honrar com suas obrigações financeiras contratadas e, logo, evitar qualquer inadimplência e/ou descumprimento de obrigações legais e contratuais que poderiam resultar em efeitos financeiros adversos para o grupo econômico da Companhia e, consequentemente, para seus acionistas.

As transações identificadas como "conta corrente" não são entendidas pela Companhia como um contrato de mútuo específico sobre determinado valor recebido, no qual o mutuário assume a obrigação de restituí-lo em igual quantidade, qualidade e gênero. Tal transação, no entendimento da Companhia, ocorre em regime de conta corrente, onde a premissa é o estabelecimento de um fluxo financeiro sem condições pré-definidas, sendo realizada conforme necessidade de capital de giro. Adicionalmente, a gestão dos recursos e fluxos de caixa das empresas do grupo econômico da Companhia encontram-se sob a mesma política e gestão financeira, cabendo aos membros executivos a tomada final de decisão sobre a melhor alocação dos recursos de acordo com as necessidades supracitadas.
Nestas operações não há reconhecimento de perda e/ou expectativa de perda ou quaisquer formalizações de garantias em razão do fato de que as empresas do Grupo estão sob a mesma gestão econômico-financeira.

Adicionalmente, a Companhia possui debêntures a pagar para a controlada Orizon Meio Ambiente com seus respectivos efeitos no resultado do período, detalhados na Nota 13. As transações de prestação de serviços entre as empresas do Grupo, são eliminadas no consolidado do resultado, não gerando efeitos nos montantes apresentados.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera como "Pessoal-chave da Administração" somente os integrantes da sua diretoria estatutária e os membros do Conselho de Administração. Em 30 de setembro de 2026 e 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração foi resumida como segue:

	Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**
Remuneração do pessoal-chave da Administração	9.896	6.886

Outros

A Companhia não possui obrigações adicionais de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil. Eventuais benefícios adicionais à alta administração, quando existentes, são tratados e aprovados caso a caso pelos órgãos competentes da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei n° 6.404/76) e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixarem o montante global e anual da remuneração dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

9. Outros ativos e passivos

a) Outros ativos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Adiantamento de outorgas (1)	-	-	5.850	5.850
Adiantamentos a funcionários (2)	5	1	6.161	4.915
Adiantamentos a fornecedores (3)	3.156	1.745	125.967	32.011
Despesas antecipadas - Aquisição de novos negócios (4)	120	120	14.672	10.205
Estoques (5)	-	-	40.588	15.202
Seguros (6)	140	287	5.140	4.849
Precatórios a receber (8)	-	-	158.771	-
Outros (7)	524	553	42.077	7.103
Total	**3.945**	2.706	**399.226**	80.135
Circulante	**3.945**	2.706	**231.241**	74.018
Não circulante	**-**	-	**167.985**	6.117

(1) Refere-se ao adiantamento de outorgas futuras à Prefeitura Municipal de São Gonçalo via abatimento no montante fixo mensal de R$65 nas faturas emitidas contra ela, para compensações futuras de outorgas sobre receita de venda de créditos de carbono, conforme previsto no contrato de concessão. Considerando que a geração de créditos de carbono teve início em 2016, os valores deverão começar a ser realizados após a finalização da perícia judicial sobre os valores pleiteados, a receber, junto a Prefeitura Municipal de São Gonçalo (Nota 1).

(2) Refere-se, substancialmente, a saldos de adiantamentos a funcionários (salários, férias, viagens, dentre outros).

(3) Refere-se principalmente a valores de adiantamento a fornecedores de serviços, seguros patrimoniais e saúde.

(4) Referem-se à gastos e aportes em função de avaliação para aquisição de novos investimentos.

(5) Os saldos de estoques de uso de consumo das UTEs Jaboatão e Paraíba, adquiridas em setembro de 2024, foram alocados nesta rubrica.

(6) Referem-se principalmente aos seguros contratados para as operações da Companhia.

(7) Refere-se parcialmente à controlada indireta CTRNI, que possui o montante de R$4.596 provisionado na rubrica de contingência, referente potencial cobrança de ICMS sobre comercialização de biogás. Em contrapartida, foi registrado ativo no mesmo montante, uma vez que este imposto seria adicionado ao preço final em caso de incidência real sobre a operação.

(8) A controlada Vital Engenharia possui créditos judiciais registrados como Precatórios a Receber, no montante de R$158.771, reconhecidos com base nos critérios estabelecidos pelos Tribunais de Justiça competentes, em conformidade com a Resolução CNJ nº 303/2019 e com as disposições da Emenda Constitucional nº 113/2021, que estabeleceu a atualização desses créditos pela Taxa SELIC a partir de 9 de dezembro de 2021.Os referidos créditos decorrem de direitos reconhecidos judicialmente, cuja expectativa de realização ocorre no longo prazo, estimada, com base na avaliação da Administração, entre 8 e 12 anos.

Dada a natureza desses ativos, o prazo estimado de realização e as incertezas inerentes ao fluxo de pagamento por parte dos entes públicos devedores, a Administração avaliou a necessidade de reconhecimento de perdas esperadas, em conformidade com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

A análise de recuperabilidade considera, principalmente:

- histórico de pagamento dos entes devedores;
- a classificação dos precatórios (alimentares e comuns);
- a estimativa atualizada do prazo efetivo de recebimento;
- a aplicação de taxa de desconto compatível com o valor do dinheiro no tempo e com o risco de crédito do ativo.

A Administração reavalia periodicamente a expectativa de realização desses créditos, com base em informações processuais atualizadas, incluindo alterações na ordem cronológica de pagamento, decisões judiciais relevantes e mudanças no ambiente institucional. Eventuais revisões nas premissas adotadas podem resultar em impactos relevantes na mensuração desses ativos.

A seguir, apresentam-se os resumos por região (Ipatinga e Natal), conforme o modelo institucional, destacando natureza dos créditos, evolução processual, valores registrados e eventos relevantes.

Ipatinga (MG)

Os créditos desta região decorrem do Contrato nº 001/2001, referente a serviços prestados entre 2011 e 2020.

As ações judiciais originaram quatro precatórios, inscritos em 14/03/2024 sob os números 326, 327, 328 e 329, classificados como precatórios comuns do Regime Especial do TJMG.
Segundo o SIGPRE/TJMG, os processos ocupam as posições 326 a 329, com expectativa média de recebimento em aproximadamente 8 anos.

Natal (RN)

Os créditos desta região decorrem dos Contratos nº 001/2013, 011/2014 e 005/2015, referentes a serviços prestados entre 2013 e 2019.

As ações judiciais originaram quatro precatórios, inscritos em 01/03/2023 sob os números 2022, 2025, 2026 e 2030, classificados como precatórios comuns do Regime Especial do TJRN.

Segundo o SIGPRE/TJRN, os processos ocupam as posições 2022, 2025, 2026 e 2030, com expectativa média de recebimento em aproximadamente 12 anos.

Em 30/09/2026, o saldo registrado em Precatórios a Receber compreendia o valor principal e a atualização monetária acumulada. Não houve recebimentos no período.

b) Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Aquisições a pagar (1)	**-**	-	**10.233**	1.606
Outros títulos a pagar (2)	**9**	14	**20.665**	6.369
Provisão para fechamento de aterro (3)	**-**	-	**60.304**	36.877
Total	**9**	14	**91.202**	44.852
Circulante	9	14	18.557	5.599
Não circulante	-	-	72.645	39.253

(1) Refere-se a saldo em aberto pelas aquisições da CGR Cuiabá e CGR Ambiental.

(2) Refere-se principalmente a montantes originados de acordos com fornecedores judiciais cujos pagamentos estão parcelados.

(3) Refere-se à valores provisionados para fechamento de aterros.

A provisão para fechamento de aterro está relacionada às obrigações ambientais das investidas, referentes ao fechamento dos aterros e aos cuidados posteriores, conforme a NBR nº 13.896/1997. As controladas reconhecem, como provisão, o valor presente dos gastos futuros estimados para a área explorada. Mudanças de circunstâncias, legislação ou tecnologia podem afetar essas estimativas, que são revisadas periodicamente e ajustadas quando necessário. A provisão é apresentada no passivo não circulante, de acordo com o cronograma previsto para a realização das atividades de desmobilização.

A provisão para desmobilização e fechamento dos aterros (Asset Retirement Obligation – ARO) foi constituída com base nas informações fornecidas pelos engenheiros da Companhia e na experiência anterior, em conformidade com a NBR nº 13.896/1997.

10. Investimentos

A movimentação dos investimentos para 30 de setembro de 2026 e dezembro de 2025 é como segue:

	Controladora			
Investimento	**31/12/2025**	**Aquisições/Reclassificações**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2026**
Orizon Meio Ambiente	786.401	-	**35.760**	**822.161**
Foxx Holding	83.931	1	**11.229**	**95.161**
Orizon Energia	210.498	-	**(3.116)**	**207.382**
Orizon Compostagem	2.170	-	**168**	**2.338**
CTR Nova Iguaçu	1.226	1	**(1)**	**1.226**
UTM Jaboatão	503	-	**(151)**	**352**
Vital Ambiental	-	315.190	**93.819**	**409.009**
Orbis Ambiental	-	42.631	**11.391**	**54.022**
Gbio	-	11.009	**(8.842)**	**2.167**
Ágio aquisição Vital	-	1.270.650		**1.270.650**
Mais valia aquisição Vital	-	1.685.691	-	**1.685.691**
Total	**1.084.729**	**3.325.173**	**140.257**	**4.550.159**

Investimento	31/12/2024	Reclassificações/Dividendos	Resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Orizon Meio Ambiente	763.818	(1)	(4.450)	**27.034**	**786.401**
Foxx Holding	75.721	-	-	**8.210**	**83.931**
Orizon Energia	129.134	1	-	**81.363**	**210.498**
Orizon Compostagem	1.238	-	-	**932**	**2.170**
Outros	-	(1.273)	1.273	-	**-**
CTR Nova Iguaçu	-	1.244	-	(18)	**1.226**
UTM Jaboão	-	646	-	-143	**503**
Total	969.911	**617**	**(3.177)**	**117.378**	**1.084.729**

	Consolidado				
	31/12/2025	**Aquisições**	**Reclassificações/Dividendos**	**Equivalência patrimonial**	**30/09/2026**
Ses Haztec	(158)	-	-	-	**(158)**
Vamtec Haztec	2.490	-	-	(246)	**2.244**
UTE Paulínia	15.077	-	-	(1.761)	**13.316**
CTR Metropolitana	15.873	-	-	1.754	**17.627**
CTR Santa Luzia	38.621	-	36	2.240	**40.897**
Biometano Verde Paulínia	45.400	-	-	(7.566)	**37.834**
Vios Engenharia Ambiental S.A.	-	1	-	-	**1**
Higia Ambiental S.A.	-	1	-	-	**1**
CMTR Central Metropolitana De Trat. Resi	-	20.432	-	(188)	**20.244**
GA Energia S.A.	-	2.567	-	(1.361)	**1.206**
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	-	6.747	(1.851)	-	**4.896**
G2U Ipatinga Energia S.A.	-	5	-	-	**5**
Goodwill Stone Ambiental	-	58.601	(24.902)	-	**33.699**
Outros investimentos			138		**138**
Total	117.303	88.354	(26.579)	(7.128)	**171.950**

	Consolidado				
	31/12/2024	**Reclassificações/Dividendos**	**Outros resultados**	**Equivalência patrimonial**	**31/12/2025**
Ses Haztec	(158)	-	-	-	**(158)**
Vamtec Haztec	1.931	417	-	142	**2.490**
UTE Paulínia	9.064	(2.281)	-	8.294	**15.077**
CTR Metropolitana serviços	14.764	(163)	-	1.272	**15.873**
CTR Santa Luzia	36.958	(128)	-	1.791	**38.621**
Biometano Verde Paulínia	50.084	-	-	(4.684)	**45.400**
Total	**112.643**	**(2.155)**	**-**	**6.815**	**117.303**

Composição do saldo

Abaixo, resumo das informações financeiras contábeis das controladas diretas e indiretas, controladas indiretas em conjunto e coligada indireta:

Investimento	Patrimônio líquido em:		Resultado do período findo em:	
	30/09/2026	31/12/2025	**30/09/2026**	30/09/2025
Orizon Meio Ambiente	**822.161**	786.401	**35.760**	39.729
Foxx	**95.161**	83.931	**11.229**	4.894
Vamtec Haztec (i)	**4.488**	4.981	**(492)**	115
Ses Haztec (i)	**(315)**	(315)	**-**	-
UTE Paulínia (ii)	**39.952**	27.192	**(5.284)**	18.299
CTR Metropolitana serviços (iii)	**35.254**	31.746	**3.508**	1.213
Orizon Energia	**207.382**	210.499	**(3.116)**	64.813
Biometano Verde Paulínia (v)	**77.212**	92.644	**(15.441)**	(2.650)
CTR Santa Luzia (iv)	**81.794**	74.186	**4.480**	2.633
Economia Circular	**2.338**	2.170	**168**	951
Vios Engenharia Ambiental S.A.	**1**	-	**-**	-
Higia Ambiental S.A.	**1**	-	**-**	-
CMTR Central Metropolitana De Trat. Resi	**44.987**	-	**(418)**	-
Ga Energia S.A.	**2.461**	-	**(2.778)**	-
G2U Juiz De Fora Energia S.A.	**9.792**	-	**-**	-
G2U Ipatinga Energia S.A.	**10**	-	**-**	-
Stone Ambiental	**72.708**	-	**30.006**	-

(i) A Ses Haztec não possui resultados para o período e exercício apresentados. Adicionalmente, o resultado da Vamtec Haztec já foi reconhecido na Orizon Meio Ambiente, a qual detém participação de 50% nesta investida, tendo efeito apenas no consolidado da ORIZON.

(ii) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 33,33% na UTE Paulínia.

(iii) A controlada indireta Orizon Metropolitana possui participação de 50% na CTR Metropolitana Serviços.

(iv) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 50% na CTR Santa Luzia

(v) A controlada Orizon Meio Ambiente possui participação de 49% na Biometano Verde Paulínia.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Investimentos	**4.550.159**	1.084.729	**172.108**	117.461
Provisão para perdas em investimentos	**-**	**-**	**(158)**	(158)
Total, líquido	**4.550.159**	1.084.729	**171.950**	117.303

11. Imobilizado (consolidado)

	Consolidado									
Imobilizado, líquido	**Terrenos**	**Veículos**	**Benfeitorias em imóveis de terceiros (1)**	**Edificações**	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e equipamentos**	**Instalações (2)**	**Ativos em construção**	**Mais Valia**	**Total**
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	38.149	8.852	10.100	579	8.611	199.159	1.819.216	452.612	81.158	2.618.436
Adições	-	951	-	-	696	2.527	214.127	403.260	467	622.028
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	1.394	-	-	-	607	7.996	-	-	9.997
Baixas	(1.106)	(2.404)	(3.556)	-	(3.058)	(14.575)	(9.703)	-	-	(34.402)
Reclassificações							(2.281)	-	-	(2.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**37.043**	**8.793**	**6.544**	**579**	**6.249**	**187.718**	**2.029.355**	**855.872**	**81.625**	**3.213.778**
Aquisição e Incorporação Grupo Vital	58.480	112.686	8.910	5.445	1.456	65.528	614.166	35.874	-	**902.545**
Adições	-	14.857	10	-	547	4.410	442.439	282.451		**744.714**
Baixas	-	(17.802)	(127)	-	(59)	(227)	(1.311)	(8.917)	-	**(28.443)**
Reclassificação	-	-	(86)	-	(385)	60	271.535	(271.595)	-	**(471)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**95.523**	**118.534**	**15.251**	**6.024**	**7.808**	**257.489**	**3.356.184**	**893.685**	**81.625**	**4.832.123**
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(8.621)	(8.984)	(243)	(5.564)	(98.429)	(917.779)	-	(22.547)	(1.062.167)
Adições	-	(395)	(110)	(23)	(438)	(10.557)	(95.906)	-	(7.240)	(114.669)
Saldo oriundo de aquisições de empresas	-	(435)	-	-	-	(48)	(207)	-	-	(690)
Baixas	-	2.404	2.809	-	2.230	8.863	18.991	-	-	35.297
Reclassificações							(1.024)	-		(1.024)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(7.047)	(6.285)	(266)	(3.772)	(100.171)	(995.925)	-	(29.787)	(1.143.253)

Adições	-	(11.870)	(227)	(104)	(388)	(13.284)	(125.207)	-	(7.240)	**(158.320)**
Baixas	-	3.236	-	4	14	157	1.657	-	-	**5.068**
Reclassificação	-	-	86	-	385	-	-	-	-	**471**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**-**	**(15.681)**	**(6.426)**	**(366)**	**(3.761)**	**(113.298)**	**(1.119.475)**	**-**	**(37.027)**	**(1.296.034)**
Imobilizado, líquido										
Saldo em 31 de dezembro de 2025	37.043	1.746	259	313	2.477	87.547	1.033.430	855.872	51.838	2.070.525
Saldo em 30 de setembro de 2026	**95.523**	**102.853**	**8.825**	**5.658**	**4.047**	**144.191**	**2.236.709**	**893.685**	**44.598**	**3.536.089**

(1) De acordo com o prazo dos contratos de aluguel (média de 10% a.a.).

(2) Referem-se substancialmente à construção de “células” (unidades) de tratamento de resíduos com depreciação pela vida útil de cada célula, além de investimentos nas plantas de biogás, biometano e energia.

12. Intangível (consolidado)

	Consolidado							
Intangível	**Licenças**	**Software**	**Marcas e Patentes**	**Direito de Exploração**	**Crédito Carbono**	**Ágio**	**Mais Valia**	**Total**
Custo								
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.225	7.297	2.764	-	1.611	54.206	490.827	558.930
Adições	-	348	-	21.042	5.352	-	31.831	58.573
Baixas	-	-	(2.752)	-	(1.611)	-	-	(4.363)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	2.225	7.645	12	21.042	5.352	54.206	522.658	613.140
Aquisição e Incorporação Grupo Vital	-	5.329	92	-	-	1.706.811	1.701.573	3.413.805
Adições	-	256	-	-	6.860	-	-	7.116
Baixas	-	(16)	(5)	-	-	-	-	(21)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**2.225**	**13.214**	**99**	**21.042**	**12.212**	**1.761.017**	**2.224.231**	**4.034.040**
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(1.509)	(6.345)	(2.759)	-	(1.611)	(10.905)	(84.933)	(108.062)
Adições	(98)	(409)	-	-	-	-	(17.936)	(18.443)
Baixas	-	-	2.752	-	1.611	-	-	4.363
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	(1.607)	(6.754)	(7)	-	-	(10.905)	(102.869)	(122.142)
Incorporação Grupo Vital	-	(3.096)	-	-	-	-		(3.096)
Adições	(73)	(227)	-	-	-	-	(77.515)	(77.815)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-

Saldo em 30 de setembro de 2026	**(1.680)**	**(10.077)**	**(7)**	**-**	**-**	**(10.905)**	**(180.384)**	**(203.053)**
Intangível								
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	618	891	5	21.042	5.352	43.301	419.789	490.998
Saldo em 30 de setembro de 2026	545	3.137	92	21.042	12.212	1.750.112	2.043.847	3.830.987

Perdas por redução ao valor recuperável

No mínimo uma vez ao ano, a Companhia realiza o teste do valor recuperável dos ágios *("goodwill")* gerados nas combinações de negócios através da avaliação do valor em uso, onde os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos de forma que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ou da Unidade Geradora de Caixa ("UGC"). O montante do ágio apurado na combinação de negócio é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Como parte do processo de encerramento das demonstrações financeira relativas ao exercício findo em 31 de dezembro 2025, a Companhia realizou a análise de perda por redução ao valor recuperável de ativos e não identificou indícios de perda do valor recuperável deles.

A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos, negócios da Companhia e refletem as melhores estimativas da Administração. O teste de impairment, elaborado anualmente, baseia-se em uma série de julgamentos, estimativas e premissas. As premissas chaves sobre as quais a Administração baseou suas projeções do fluxo de caixa futuro, estimativas e exerceu seu julgamento, são as seguintes:

- Projeção dos resultados operacionais para o primeiro ano, baseado na taxa de crescimento do ano corrente. Os fluxos são baseados nos planos estratégicos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. Este é preparado por negócio, quando aplicável, e considera fontes externas como cenários macroeconômicos do segmento de atuação, evolução do negócio, inflação, taxas de câmbio e resultados históricos da Companhia;
- Projeção dos resultados operacionais para os próximos anos, com base nos resultados esperados com a captação de novos clientes, manutenção dos clientes já existentes e desenvolvimento de novas soluções para o mercado e vigência dos contratos de concessão. A Administração estima recuperar os valores de ágio investidos quando da aquisição de negócios no prazo de no mínimo 10 anos mais perpetuidade, e para tal análise utilizou como premissas as taxas de crescimento do setor, taxas de retorno sobre o investimento feito e a continuidade das operações da Companhia. As considerações para o prazo mínimo considerado estão baseadas nos contratos de concessão e contratos firmados com clientes que possuem prazo superior há 10 anos.

A análise de perda por redução ao valor recuperável foi efetuada pelo modelo de fluxo de caixa futuro descontado e aplicando uma taxa de desconto CMPC - Custo Médio Ponderado de

Capital, conforme tabela abaixo. O fluxo de caixa futuro foi ajustado pelo risco específico do segmento das controladas da Companhia, tendo como base o risco determinado pela Administração.

UGC	Taxa média de Crescimento	Taxa de desconto antes dos impostos	Ativos líquidos em 31/12/2025	Metodologia Utilizada
Plastimassa	5%	15%	16.835	Valor em uso
Ecopesa(aterro de Jaboatão dos Guararapes)	5%	15%	129.145	Valor em uso
ETR Jardim Gramacho	5%	15%	26.390	Valor em uso

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não identificou necessidade de constituição para provisão de redução ao valor recuperável.

13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

13.1 – Empréstimos e financiamentos

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Controladora 30/09/2026	Controladora 31/12/2025
Debêntures 5 ° Emissão (i) (k)	Debêntures	26/12/2032	CDI + 2,5% a.a.	**503.815**	**447.238**
Debêntures 6 ° Emissão Incentivada (i) (h.1)	Debêntures	15/12/2039	IPCA + 7,9283 a.a	**211.946**	**200.842**
Custos com emissão de Debêntures	Debêntures			**(2.901)**	**(2.745)**
Ajuste a valor justo				**(22.300)**	**(13.457)**
Total				**690.560**	631.878
Circulante				**68.694**	64.231
Não circulante				**621.866**	567.647

(i) Valor decorrente das debêntures da Companhia adquiridas pelo FIDC NP e integralizadas nas debêntures emitidas pela Orizon Meio Ambiente, de modo que, atualmente a OMA é credora da Companhia. Em 30 de dezembro de 2022, houve quitação da 4ª emissão e repactuação da 5ª emissão de debêntures, estendendo o prazo com novos fluxos de pagamentos, conforme detalhado nesta nota.

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
Banco ABC do Brasil x CTRNI	Capital de giro	25/09/202608/12/2026	CDI +2,47% a.a.CDI + 0,24% a.m.	**2.525**	67.716
Debêntures 4° Emissão Oma	Debêntures	15/11/2035	IPCA + 6,76% a.a	**287.385**	281.738
Debêntures 1° Emissão Barueri	Debêntures	15/03/2043	IPCA + 7,7959% a.a.	**509.082**	466.189
Debêntures 6 ° Emissão Oma	Debêntures	15/09/2035	CDI+1,45% a.a	**402.489**	417.400
Debêntures 8 ° Emissão Oma	Debêntures	15/12/2039	IPCA + 7,9283% a.a	**211.946**	200.842
Debêntures 7ª Emissão Oma	Debêntures	15/12/2035	CDI +1,45% a.a	**224.553**	200.487
Debêntures 9ª Emissão Oma (b)	Debêntures	25/05/2028	CDI +1,50% a.a	**158.053**	-
International Finance Corporation ("IFC") x Oma	Capital de giro	15/04/2031	CDI + 2,9% a.a.	**100.036**	105.802
Banco Safra x CTRNI	Capital de giro	26/05/2026	8,11% a.a.	**-**	7.928
Ajuste a valor justo – MTM swap				**725**	(317)
Banco Votorantim x CTRNI	Nota Comercial	15/02/2028	CDI + 2,5% a.a.	**48.919**	85.144
Banco Bradesco x Oma	Capital de giro	30/04/2029	CDI + 1% a.a.	**124.180**	111.468
Banco do Nordeste x Biometano Jaboatão (a)	Financiamento BNB	15/12/2039	IPCA + 3,30% a.a([1])	**266.127**	187.419
Banco do Brasil x CTRNI	Nota Comercial	15/07/2030	CDI+1,97% a.a.	**62.695**	65.451
Banco Sicoob x Vital	Capital de giro	12/11/2029	23.1439% a.a	**-**	542
Debêntures 1ª Emissão - Rosário do Catete (c)	Debêntures	25/05/2027	CDI +1,40% a.a	**132.721**	-
Notas Comerciais - 1ª Emissão CGR Cuiabá (d)	Nota Comercial	07/06/2027	CDI +1,58% a.a	**99.655**	-
Notas Comerciais - 6ª Emissão CTRNI (f)	Nota Comercial	31/07/2029	CDI+1,72% a.a.	**81.886**	
Banco Citibank SPE Maceió (e.1)	Capital de giro	07/08/2028	CDI+1,40% a.a.	**51.224**	
Notas Comerciais - 1ª Emissão SPE Maceió (e.2)	Nota Comercial	31/07/2029	CDI+ 1,72% a.a.	**20.472**	
Notas Comerciais - 1ª Emissão CTRSG (g)	Nota Comercial	31/07/2029	CDI+1,72% a.a.	**25.589**	
Banco Daimler Chrysler S.A.	CDC	07/03/2030	16,43% a.a.	**5.444**	-
Caterpillar Financial x Vital	CDC	17/03/2031	16,66% a.a.	**6.984**	-
Caterpillar Financial x Arendal	CDC	17/03/2031	16,66% a.a.	**28**	
Caterpillar Financial x Titara	CDC	17/03/2031	16,66% a.a.	**1.110**	
Banco Volkswagen x Vital	CDC	24/06/2030	16,15% a.a.	**24.317**	-
Banco Volkswagen x Arendal	CDC	24/06/2030	16,15% a.a.	**384**	
Banco do Nordeste x Vital	CCB/FNE	15/04/203116/06/2031	IPCA+ 6,31%6,09% a.a.	**3.439**	-
Banco do Nordeste x Slea	CCB/FNE	15/09/2029	11,58% a.a.	**767**	
Banco do Nordeste x Titara	CCB/FNE	24/06/202715/03/2029 15/10/2035	8,93% a.a.IPCA+ 4,45%3,11% a.a.	**15.313**	
Banco do Nordeste x Juparanã	CCB/FNE	16/01/2034	IPCA+ 2,68% a.a.	**8.645**	

Credor	Objeto	Vencimento	Encargos financeiros	Consolidado 30/09/2026	Consolidado 31/12/2025
Banco Jonh Deere x Vital	CDC	15/04/2031	15,67% a.a.	**4.625**	-
Banco Jonh Deere x Slea	CDC	15/04/2031	15,67% a.a.	**231**	
Banco Quata x Vital	Nota Comercial	28/09/2026	CDI + Spread	**44**	-
Banco Sofisa x Vital	Capital de Giro	15/04/2030	CDI + 2,55% a.a.	**9.005**	-
Banco ABC Brasil x Vital	Nota Comercial	27/08/202929/03/2027/06/03/2030	CDI + 2,30% a 4,10% a.a.	**61.078**	-
Banco BMG x Vital	Nota Comercial	28/06/2027	14,70% a.a.	**18.000**	-
FINEP x Vital	Financiamento	15/09/2034	TR+ 2,80%	**163.842**	-
FINEP x Ecourbis	Financiamento	15/05/2040	TR+ 4,50%	**110.992**	
Banco Banestes x Arendal	Capital de Giro	30/09/2027	0,30% a.m.	**1.469**	-
C6 Bank x Vital	Nota Comercial	23/06/2028	CDI + 3,65% a.a.	**10.175**	-
BOCOM BBM x Vital	Capital de Giro	09/11/2029	CDI + 3,00% a.a.	**11.250**	-
ASA Investimentos	Nota Comercial	08/08/2029	CDI + 3,50% a.a	**7.784**	-
Debêntures - 3° Emissão Vital (h)Debêntures - 3° Emissão Vital	Debêntures	1ª série 19/06/20282ª série 18/06/203110/01/2032	IPCA + 10,05% a.a.	**437.496140.432**	-
Debêntures – 4ª Emissão Vital (h)	Debênture	1ª série 18/06/2028 2ª série 18/06/2031	1ª série CDI+ 1,50% a.a. 2ª série CDI+ 1,70% a.a.	**297.064**	
Debêntures – 1ª Emissão Ecourbis	Debêntures	16/07/2035	IPCA + 9,45% a.a.	**411.664**	-
Banco Volkswagen S.A. - Orbis	CDC	26/09/2029	16,08% a.a.	**1.189**	-
Notas Comerciais – 1ª Emissão Gbio	Nota comercial	22/02/2027	CDI + Spread	**54.966**	-
Debêntures – 2ª Emissão Gbio	Debêntures	15/10/2028	CDI + Spread	**43.822**	
Ajuste a valor presente				**(17.683)**	(19.060)
Custos com emissão de Debêntures				**(798)**	(798)
Custos na captação de empréstimo				**(60.004)**	(55.539)
				4.145.840	2.122.412
Circulante				**484.582**	178.483
Não circulante				**3.661.258**	1.943.929

(1) remuneração considerando o bônus de adimplência contratual junto ao BNB.

A variação do saldo de empréstimos e financiamentos no período reflete, além das captações e amortizações descritas nesta nota, os saldos incorporados na aquisição do Grupo Vital. Com exceção dos saldos já apresentados em demonstrações financeiras anteriores e das novas captações ora divulgadas, os demais saldos são oriundos da aquisição do Grupo Vital.

As movimentações dos empréstimos e financiamentos para 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 são como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Saldo em 1° de janeiro	**631.878**	501.066	**2.122.412**	1.867.298
Encargos financeiros (Resultado)	**74.943**	88.583	**227.887**	257.133
Encargos financeiros (Capitalizações no ativo)	**-**	-	**37.926**	21.601
Ajuste a valor justo/ presente	**(8.843)**	-	**2.419**	5.871
Variação cambial	**-**	-	**829**	(3.348)
Captações/ assunções de dívida	**-**	200.000	**1.040.009**	950.754
Diferimento de gastos na captação de recursos	**(155)**	(1.973)	**(9.074)**	14.233
Pagamento de principal	**-**	(68.433)	**(279.502)**	(788.985)
Pagamento de juros	**(7.263)**	(87.365)	**(162.845)**	(202.660)
Saldo de aquisição de empresas	**-**	-	**1.165.779**	515
Saldos em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025	**690.560**	631.878	**4.145.840**	2.122.412

Cronograma de pagamentos

Em 30 de setembro de 2026, os saldos dos empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2027	**145.134**
2028	**512.535**
2029	**402.373**
2030	**194.744**
2031 em diante	**2.406.472**
Total	**3.661.258**

a) *Orizon Biometano Jaboatão - Notas Comerciais - Banco do Nordeste (Consolidado)*

No quarto trimestre de 2024, a controlada Orizon Biometano Jaboatão S.A. contratou junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) financiamento no valor total de R$266.791, destinado à implantação do projeto de biometano de Jaboatão dos Guararapes (PE).

O primeiro desembolso, no montante de R$181.000, ocorreu em 30 de dezembro de 2024, R$5.754 adicionais foram liberados no primeiro semestre de 2025 e em 27 de janeiro de 2026 foram liberados mais R$76.035, totalizando R$262.789 desembolsados até 30 de setembro de 2026, cujo saldo atualizado em 30 de setembro de 2026 é R$266.127.

O contrato possui prazo de 15 anos, com carência de principal de 3 anos e vencimento final em 15 de dezembro de 2039.

A operação é remunerada pelo IPCA + 3,88% a.a., podendo atingir IPCA + 3,30% a.a. mediante bônus de adimplência.

Os pagamentos de juros são trimestrais, com início previsto em 15 de janeiro de 2028.

Como garantia, foi emitida carta de fiança bancária junto ao Banco Itaú S.A., em benefício do BNB. O projeto integra o plano de expansão da Companhia no segmento de biometano, reforçando seu portfólio de ativos de energia renovável.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

b) *Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 9ª Emissões*

Em 25 de maio de 2026, a Orizon Meio Ambiente S.A. realizou sua 9ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 150.000, por meio de distribuição pública sob o rito de registro automático (Resolução CVM nº 160), destinada exclusivamente a investidores profissionais, com a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. atuando como agente fiduciário e como escriturador/agente de liquidação.

Os recursos líquidos captados foram destinados a despesas operacionais e demais necessidades relacionadas à condução regular dos negócios da Companhia (uso corporativo geral/reforço de caixa).

As debêntures possuem prazo de 2 anos, com vencimento em 25 de maio de 2028, e foram estruturadas com pagamento bullet (amortização do principal e pagamento da remuneração em parcela única no vencimento), não havendo atualização monetária do valor nominal. A remuneração corresponde a 100% do CDI/DI + 1,50% a.a., calculada pro rata temporis.

A operação conta com fiança prestada pela Orizon Valorização de Resíduos S.A., e prevê covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação, incluindo covenant de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA consolidado), apurado trimestralmente.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

c) Rosário do Catete - Debêntures – 1ª emissão

Em 25 de maio de 2026, a Controlada Rosário do Catete Ambiental Sociedade Anônima (“Emissora”) realizou sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, no montante total de R$ 126.000.000,00 (“Debêntures”). A emissão foi estruturada para distribuição pública, sob o rito de registro automático previsto na Resolução CVM nº 160, sendo destinada exclusivamente a investidores profissionais, não havendo, portanto, elaboração de prospecto e lâmina, nem análise prévia dos documentos pela CVM.

As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando 126.000 debêntures, e contam com Agente Fiduciário/Escriturador e Agente de Liquidação: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A distribuição e a custódia/liquidação ocorrem no âmbito da B3, por meio do MDA (mercado primário) e CETIP21 (mercado secundário), observadas as restrições regulatórias de negociação.

Principais condições financeiras (taxa e prazo)

Prazo / vencimento: 1 (um) ano a contar da Data de Emissão, com vencimento em 25 de maio de 2027. Remuneração (taxa): 100% da Taxa DI (DI Over) acrescida de spread de 1,40% a.a. (base 252 dias úteis), com capitalização pro rata temporis por dias úteis.

Pagamento de juros e principal: a Remuneração será paga em parcela única na data de vencimento, e o valor nominal será amortizado integralmente na data de vencimento (bullet).

Atualização monetária: não há atualização monetária do valor nominal.

Encargos moratórios: em caso de atraso, multa de 2% e juros de mora de 1% a.m., calculados sobre o montante devido.

Garantias

As Debêntures contam com garantia fidejussória (fiança) prestada por Orizon Valorização de Resíduos S.A. (OrizonVR) e Orizon Meio Ambiente S.A. (OMA), como fiadoras e principais pagadoras, de forma solidária, abrangendo todas as obrigações principais e acessórias da emissão, até a liquidação integral.

Destinação de recursos

Os recursos líquidos captados na emissão serão destinados principalmente:

(i) ao financiamento/reembolso de gastos relacionados à implantação de novas células/etapas de disposição de resíduos, ampliação e aprimoramento da rede de captação de biogás e instalação de sistema de tratamento de efluentes no Ecoparque Sergipe; e

(ii) o eventual saldo remanescente para reforço de caixa, gestão de fluxo de caixa, liquidação de passivos, capital de giro e demais necessidades operacionais da Emissora.

Covenants e eventos relevantes (principais)

Entre as condições usuais de vencimento antecipado e obrigações, destaca-se o covenant financeiro aplicável à OrizonVR (consolidado), a ser verificado trimestralmente a partir do trimestre encerrado em 30 de setembro de 2026 até o vencimento:

Índice Financeiro (Dívida Líquida / EBITDA) não poderá ser superior a: 3,50x enquanto existirem outras dívidas com esse mesmo índice; e 4,00x após a liquidação dessas dívidas e/ou mediante anuência/renegociação, limitado a 4,00x.

Adicionalmente, a escritura prevê hipóteses de vencimento antecipado (automático e não automático) típicas de operações dessa natureza, incluindo, entre outras: inadimplemento de obrigações pecuniárias, eventos de insolvência, determinadas declarações de vencimento antecipado/cross-default acima de limites previstos, e descumprimentos de obrigações não pecuniárias (sujeitas a prazos de cura).

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

d) CGR Cuiabá - Notas Comerciais

Em 5 de junho de 2026, a controlada Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Ltda. ("CGR Cuiabá") realizou sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021.

A emissão totalizou R$95.000 (95.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 7 de junho de 2027 (prazo de 12 meses), remuneração de CDI + 1,58% a.a., amortização e pagamento de juros em parcela única no vencimento (bullet). A operação conta com fiança da Orizon Meio Ambiente S.A. e da Orizon Valorização de Resíduos S.A., e foi integralmente subscrita pelo Banco Safra S.A.

A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

e.1) SPE Maceió – Banco Citibank

Em 7 de agosto de 2026, a controlada SPE Maceió concluiu o desembolso da operação de captação junto ao Banco Citibank, nos termos da Resolução CMN nº 4.131.

A captação totalizou R$50.000 (USD 9.823), com vencimento em 7 de agosto de 2028, remuneração de VC + 6,05% a.a., a amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas iguais e consecutivas vencendo a primeira parcela em 6 de agosto de 2027 e a última em 7 de agosto de 2028, o pagamento de juros ocorrerá em 4 parcelas semestrais, vencendo a primeira em 10 de fevereiro de 2027 e a última em 7 de agosto de 2028. A operação conta com a Orizon Valorização de Resíduos S.A. como interveniente. Adicionalmente, para cobertura desta operação cambial, foi contratado swap com remuneração de CDI + 1,40% a.a. A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

e.2) SPE Maceió – Nota Comercial Banco ABC do Brasil

Em 31 de julho de 2026, a controlada SPE Maceió realizou sua emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021.

A emissão totalizou R$25.000 (25.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 31 de julho de 2029, remuneração de CDI + 1,72% a.a., a amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas iguais e consecutivas vencendo a primeira parcela em 31 de julho de 2028 e a última em 31 de julho de 2029, o pagamento de juros ocorrerá em parcelas semestrais, vencendo a primeira em 1° de fevereiro de 2027 e a última em 31 de julho de 2029. A operação conta com a OVR e OMA como avaliadora e garantidora.

A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

f) CTR Nova Iguaçu ("CTRNI") – Nota Comercial Banco ABC do Brasil

Em 31 de julho de 2026, a controlada CTRNI realizou emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021.

A emissão totalizou R$80.000 (80.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 31 de julho de 2029, remuneração de CDI + 1,72% a.a., a amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas iguais e consecutivas vencendo a primeira parcela em 31 de julho de 2028 e a última em 31 de julho de 2029, o pagamento de juros ocorrerá em parcelas semestrais, vencendo a primeira em 1° de fevereiro de 2027 e a última em 31 de julho de 2029. A operação conta com a OVR e OMA como avaliadora e garantidora.

A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

g) CTR Alcântara ("CTRA") – Nota Comercial Banco ABC do Brasil

Em 31 de julho de 2026, a controlada CTRA realizou emissão de notas comerciais escriturais, em série única, por colocação privada, com garantia fidejussória, nos termos do art. 45 e seguintes da Lei nº 14.195/2021.

A emissão totalizou R$25.000 (25.000 notas comerciais ao valor nominal unitário de R$1.000,00), com vencimento em 31 de julho de 2029, remuneração de CDI + 1,72% a.a., a amortização do principal ocorrerá em 3 parcelas iguais e consecutivas vencendo a primeira parcela em 31 de julho de 2028 e a última em 31 de julho de 2029, o pagamento de juros ocorrerá em parcelas semestrais, vencendo a primeira em 1° de fevereiro de 2027 e a última em 31 de julho de 2029. A operação conta com a OVR e OMA como avaliadora e garantidora.

A operação conta com covenants usuais às demais operações da Companhia e a este tipo de operação. A escrituração é realizada pela Vórtx DTVM, com registro na B3.

As dívidas possuem covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de operação.

Em 30 de setembro de 2026, a Companhia não apresentava descumprimento de obrigações contratuais.

h) Vital Ambiental - 4ª emissão de Debêntures

Em 25 de maio de 2026, a Vital Ambiental ("Emissora") realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória, em 2 séries, no montante total de R$ 300.000 (R$150.000 cada). A emissão foi estruturada para distribuição pública, sob o rito de registro automático previsto na Resolução CVM nº 160, sendo destinada exclusivamente a investidores profissionais, não havendo, portanto, elaboração de prospecto e lâmina, nem análise prévia dos documentos pela CVM.

As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa e escritural, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00, totalizando 300.000 debêntures, e contam com Agente Fiduciário/Escriturador e Agente de Liquidação: Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. A distribuição e a custódia/liquidação ocorrem no âmbito da B3, por meio do MDA (mercado primário) e CETIP21 (mercado secundário), observadas as restrições regulatórias de negociação.

Abaixo, as principais condições e características:

- **Prazo**: 2 anos
- **Data de emissão**: 18/06/2026
- **Vencimento**: 18/06/2028
- **Liquidação (desembolso)**: 02/07/2026
- **Valor**: R$300.000 (2 séries de R$150.000)
- **Taxa**: CDI + 1,50% a.a.
- **Principal**: pagamento no vencimento (em 18/06/2028)
- **Juros**: semestral a partir da data da emissão (primeiro pagamento 18/12/2026)
- **Garantia**: Aval OVR
- **Agente fiduciário / Escriturador / Banco liquidante:** VORTX DTVM

Com exceção dos saldos já apresentados nas demonstrações financeiras anteriores e as novas dívidas divulgadas, os demais saldos são oriundos de aquisição do Grupo Vital.

13.2 – Arrendamentos (Consolidado)

A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2)/IFRS 16 para 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é apresentada a seguir (em R$ mil):

	Leasing
Saldo em 1º de janeiro de 2025	107.701
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	**72.132**
Baixa de contratos no exercício - IFRS 16	**(26.135)**
Pagamento de principal	(49.826)
Pagamento de juros	(9.310)
Juros apropriados no período	9.515
Saldo em 31 de dezembro de 2025	104.077

	Leasing
Adição de novos contratos no exercício - IFRS 16	**43.249**
Baixa de contratos no exercício - IFRS 16	**(9.520)**
Pagamento de principal	**(40.234)**
Pagamento de juros	**(8.160)**
Juros apropriados no período	**6.979**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**96.391**
Circulante	**45.180**
Não circulante	**51.211**

Ativo de direito de uso (Consolidado)

Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à contratos de locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos.

Em 30 de setembro de 2026, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Consolidado
Saldo em 1° de janeiro de 2025	98.549
Adições no exercício	72.132
Baixa de contratos no período - IFRS 16	(26.134)
Amortização do direito de uso no exercício	(46.533)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	98.014
Adição de novos contratos - IFRS 16	**43.249**
Baixa de contratos no período - IFRS 16	**(9.520)**
Amortização do direito de uso no período	**(38.771)**
Saldo em 30 de setembro de 2026	**92.972**

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos ecoparques.

Cronograma de pagamentos (consolidado)

Em 30 de setembro de 2026, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Consolidado
2027	5.423
2028	16.081
2029	3.698
2030	2.846
2031 em diante	23.163
Total	**51.211**

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado)

A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as contraprestações de arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de setembro de 2026 de R$3.722 (R$ 4.609 em 31 de dezembro de 2025).

14. Fornecedores

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos.

A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	31/12/2025	30/09/2026	31/12/2025
Fornecedores	**21.820**	16.672	**377.744**	145.788
Circulante	21.820	16.672	359.001	145.788
Não circulante	-	-	18.743	-

15. Outorgas a pagar (consolidado)

Referem-se aos valores correspondentes de 2% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA CTRBM e URE-JP) para outros clientes que não o poder concedente.

Aterro sanitário	Percentual da outorga	30/09/2026	31/12/2025
Orizon Meio Ambiente	10%	**-**	102
CTRNI	6%	**8.984**	6.071
CTRA	2%	**5.357**	4.741
CTRBM	6%	**2.812**	4.453
URE-JP	10%	**336**	596
Ecourbis Ambiental (i)	5%	**13.700**	-
Total		**31.189**	15.963

(i) Em 26 de outubro de 2007, a controlada Ecourbis firmou Termo de Compromisso Ambiental com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo ("SP Regula"), por meio do qual assumiu a obrigação de pagamento mensal de ônus da concessão equivalente a 5% da receita bruta mensal, retido diretamente na fatura pela agência reguladora.

Com a assinatura do Termo Aditivo Contratual ("TAM"), essa obrigação foi preservada para os pagamentos relativos ao reequilíbrio contratual tarifário. Adicionalmente, a partir do novo período contratual: **(a)** serão estabelecidas metas de acordo com o plano de negócio; e **(b)**haverá compartilhamento das receitas operacionais não tarifárias que excederem 5% do valor estimado no Anexo IV do contrato. Sobre as demais receitas operacionais incide igualmente o ônus de 5%, apurado ao longo do exercício e liquidado até o último dia útil de fevereiro do exercício seguinte.

16. Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
Salários e honorários a pagar	**931**	644	**35.704**	5.337
INSS a recolher	**434**	355	**21.678**	4.462
FGTS a recolher	**5**	7	**4.758**	1.460
Provisão e encargos sobre férias	**147**	88	**87.160**	16.222
Provisão e encargos sobre 13° salário	**63**	-	**47.864**	-
IRRF sobre salários	**883**	668	**5.192**	3.469
Outros	**-**	-	**25.583**	944
Total	**2.463**	1.762	**227.939**	31.894

17. Parcelamento de impostos (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**	**30/09/2026**	**31/12/2025**
IRRF (2)	**4.582**	6.180	4.582	6.179
INSS (1)	**240**	346	4.501	5.837
ISS	**-**	-	1.558	-
ICMS (1)	**-**	-	368	577
COFINS (1)	**1.678**	2.239	16.723	8.911
IRPJ (1)	**-**	-	7.075	9.297
CSLL (1)	**-**	-	2.495	3.395
PIS (1)	**273**	364	2.090	2.704
PERT	**1**	1	3.405	5.820
Total	**6.774**	9.130	**42.797**	42.720
Circulante	**274**	**367**	**23.827**	**12.673**
Não circulante	**6.500**	**8.763**	**18.970**	**30.047**

(1) No 4° trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da controlada direta Orizon Meio Ambiente e controladas indiretas CTRNI, CTRBM, CTRA, ETR e URE-JP. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas.

(2) No primeiro trimestre de 2023, a Companhia parcelou o IRRF sobre o pagamento baseado em ações.

Cronograma de pagamentos

Em 30 de setembro de 2026, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

2026	**2.846**
2027	**5.692**
2028	**5.692**
2029 em diante	**4.740**
Total	**18.970**

18. Provisão para contingências

a) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável

Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, foram registradas provisões para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis.

Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Trabalhistas	**25.403**	2.139
Cíveis	**28.224**	5.013
Tributárias	**73.757**	7.467
Total	**127.384**	14.619

O aumento de processos trabalhistas, refere se substancialmente ao ingresso de saldos adquiridos pela aquisição da Holding Vital. São processos trabalhistas considerados como prováveis de perda, envolvendo ex-empregados da Companhia, ou de empresas prestadoras de serviços. Tais processos envolvem, principalmente, pedidos de horas extras, intervalo intrajornada e insalubridade, bem como seus reflexos e respectivos encargos;

A controlada indireta Ecourbis desde setembro de 2012 tem realizado depósitos referentes ao processo no 0016428-51.2012.4.03.6100, na ação de consignação em pagamento, para que seja identificado o credor das contribuições e questionar o adicional SENAI que nos tem sido exigido. A Ecourbis na qualidade de empresa prestadora de serviço público está obrigada a recolher as contribuições sociais gerais ao Serviço Social do Comercio (SESC) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Consolidado			
	Trabalhistas	**Tributários**	**Cíveis**	**Total**
Saldo em 1° de janeiro de 2025	6.796	7.383	4.912	19.091
Adições/Reversões	(2.418)	163	688	(1.567)
Pagamentos	(2.239)	(79)	(587)	(2.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.139	7.467	5.013	14.619
Incorporação Vital	**22.005**	**66.318**	**22.172**	110.495
Adições/Reversões	**3.174**	**(28)**	**1.172**	4.318
Pagamentos	**(1.915)**	**-**	**(133)**	(2.048)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**25.403**	**73.757**	**28.224**	**127.384**

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões.

A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a Companhia é impetrada (natureza passiva) dos processos.

b) Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível

Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas: Informações financeiras contábeis são conforme quadro abaixo:

Natureza dos processos	**Consolidado**	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Cível	**176.289**	139.909
Trabalhista	**62.209**	29.042
Tributário	**391.982**	363.135
Total	**630.480**	532.086

1) *Cível*

- Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial.
- Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório.
- Ação indenizatória objetivando a condenação das rés ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças.
- Auto de Infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico.

2) *Trabalhista*

- Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários.

3) *Tributário*

- Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado.
- Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração deles.
- Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.
- Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração deles.

c) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2026 e 31 de dezembro de 2025, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Depósitos judiciais	**96.371**	**6.066**

O aumento nos depósitos judiciais está relacionado basicamente aos recursos processuais oriundos de questionamentos sobre recolhimento de contribuições ao SESC e SENAC.

19. Adiantamento de clientes (consolidado)

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados.

Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes:

Saldo em 1° de janeiro de 2025	158.561
Adiantamentos recebidos	112.182
Compensações	(111.910)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	158.833
Incorporação Vital	1.472
Adiantamentos recebidos	22.319
Compensações	(71.260)
Saldo em 30 de setembro de 2026	**111.364**

Em setembro de 2024, a UTE Paraíba e UTE Pernambuco firmaram contrato de compra e venda de energia elétrica, nos montantes de R$30.000 e R$120.000, respectivamente. O fornecimento de energia teve início em 1º de janeiro de 2026 e se estenderá até 31 de dezembro de 2027. Em virtude deste contrato, foi antecipado o montante total de R$150.000 ainda em setembro de 2024.

Contas a pagar

O detalhamento das contas a pagar está apresentado a seguir:

1) Aquisição Oeste Paulista – *Earn-Out (Consolidado)*

Em 1º de outubro de 2025, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das quotas da G4 – Gestão e Controle de Materiais Ltda. ("Oeste Paulista"), empresa proprietária do aterro sanitário localizado no município de Regente Feijó, na Região Metropolitana de Presidente Prudente, estado de São Paulo. O valor da firma (*enterprise value*) atribuído à Transação foi de R$ 40 milhões, do qual foram descontadas dívidas financeiras e operacionais da adquirida.

A Transação prevê, adicionalmente, parcela variável do preço de aquisição (*earn-out*), condicionada ao cumprimento de métricas específicas definidas nos documentos da operação. A Companhia mensurou os valores projetados para cumprimento das métricas de *earn-out*, com base nos saldos já realizados, e identificou o montante de R$ 24.722, dos quais foi paga a 1ª tranche no valor de R$ 7.580, restando saldo estimado de R$ 17.142.

2) Aquisição Parcial Ecoparque Pirapora (Consolidado)

Em 13 de abril de 2026, a controlada Vital Engenharia concluiu a aquisição de fração adicional de participação na investida Ecoparque Pirapora. A aquisição foi realizada no montante de R$13.500, com pagamentos em 3 parcelas iguais e consecutivas a cada 12 meses, vencendo a primeira em janeiro de 2027 e a última em janeiro de 2029.

3) Aquisição Stone Participações S.A. (Consolidado)

Em 18 de agosto de 2026, a controlada Vital Engenharia Ambiental S.A. (“Vital”) concluiu a aquisição de 50% do capital social da Stone Participações S.A. (“Stone”), sociedade que detém 11,7% de participação no capital da concessionária Ecourbis Ambiental S.A.

Por meio dessa operação, a Vital passou a deter, indiretamente, participação adicional equivalente a 5,85% do capital social da Ecourbis. Com isso, sua participação total na Concessionária passou de 63,3% para aproximadamente 69,1%. A Ecourbis permanece como controlada da Vital, tendo como demais acionistas a Marquise Ambiental e a S.A. Paulista.
O preço total da aquisição foi de R$69.152, com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Vencimento	Valor (R$)	Situação
1ª	18/08/2026 (data de fechamento)	17.288	Quitada
2ª	6 meses após o fechamento	17.288	A pagar
3ª	12 meses após o fechamento	17.288	A pagar
4ª	18 meses após o fechamento	17.288	A pagar
Total		**69.152**	

As parcelas a pagar são atualizadas pela variação do IPCA, pro rata temporis, de 1º de janeiro de 2026 até a data do efetivo pagamento.

Adicionalmente, os vendedores assinaram um acordo de non compete pelo prazo de 10 anos no montante de R$ 10.800 fixo, não reajustável e paga em duas parcelas iguais em outubro e novembro de 2026.

	Consolidado	
	30/09/2026	**31/12/2025**
Oeste Paulista (1)	**17.142**	-
Ecoparque Pirapora (2)	**13.500**	-
Stone Ambiental	**62.070**	-
Outros	**991**	973
Total	**93.703**	973
Circulante	**67415**	973
Não circulante	**26288**	0

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 11 de junho de 2026, a Companhia aumentou o capital social no montante de R$ 3.308.549, passando o capital social para o montante de R$ 4.499.676, mediante a emissão de 41.197.230 novas ações ordinárias. Adicionalmente, houve emissão de 5.646 mil bônus de subscrição, como vantagem adicional ao subscritor das Novas Ações OrizonVR no âmbito de aquisição da Holding Vital.

Em 30 de setembro de 2026 o capital social da Companhia é de R$4.499.676, representado por 549.296.404 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, subscritas e totalmente integralizadas, com a composição acionária da tabela abaixo. As informações refletem a posição acionária anterior ao desdobramento das ações; em 10 de agosto de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias na proporção de 1:4, conforme descrito na nota de Eventos Subsequentes:

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 30 de setembro de 2026, conforme informações públicas:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Controladores	327.447	59,61%
Free Float	221.850	40,39%
Total	**549.296**	**100,00%**

A tabela abaixo apresenta a composição do capital social em 31 de dezembro de 2025:

Acionista	Quantidade de ações (mil)	Percentual de participação (%)
Acionistas de referência	41.192	42,85%
Hix Investimentos Ltda. ("HIX") ([1])	5.710	5,94%
Tarpon	4.895	5,09%
Free Float	44.330	46,12%
Total	96.127	100%

[1] A participação acionária da Hix Investimentos Ltda. corresponde à última informação disponível no formulário de referência divulgado pela Companhia na data base das demonstrações contábeis.

Desdobramento de Ações e Ajuste dos Bônus de Subscrição

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de agosto de 2026 ("AGE"), os acionistas da Orizon Valorização de Resíduos S.A. ("Companhia" ou "OrizonVR") (B3: ORVR3) aprovaram o desdobramento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1:4, passando cada uma ação ordinária a representar quatro ações ordinárias, sem alteração do valor do capital social ("Desdobramento de Ações"). Em decorrência do desdobramento, o capital social passou a ser dividido em 549.296.404 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia passaram a ser negociadas de forma ex-desdobramento a partir de 11 de agosto de 2026, considerando a posição acionária com data-base de 10 de agosto de 2026, e as ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas em 13 de agosto de 2026.

Com o objetivo de preservar os direitos e o valor econômico dos bônus de subscrição em circulação, os parâmetros de exercício foram ajustados na mesma proporção de 1:4. Cada bônus de subscrição, que anteriormente conferia o direito de subscrição de uma ação ordinária, passou a conferir o direito de subscrição de quatro ações ordinárias, e o preço de exercício por ação foi ajustado de R$ 52,93 para R$ 13,23, mantendo-se inalterado o valor total de exercício por bônus de subscrição. A quantidade de bônus de subscrição em circulação permaneceu inalterada, com efeito a partir de 12 de agosto de 2026.

b) Reserva de capital

b.1) *Ágio na emissão de novas ações*

Em 7 de fevereiro de 2013, a Companhia adquiriu, por meio de troca de ações com a Inovatec S.A., participação integral na Foxx Holding. A mensuração do investimento foi feita levando-se em consideração o valor do patrimônio líquido da Foxx Holding em 31 de março de 2012, que apresentava o montante de R$2.815. Contudo, quando do efetivo reconhecimento do investimento na Companhia, o patrimônio líquido da FoxxHolding passou a ser de R$5.838, gerando um aumento de R$3.023 em relação ao patrimônio líquido inicial. Este valor foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia como ágio na emissão de novas ações.

b.2) Efeito da transação de fechamento – aquisição da Vital (cotação da ação x VWAP)

Na aquisição da Vital Ambiental, concluída em 11 de junho de 2026, parte da contraprestação foi paga com a emissão de 41.197.230 novas ações ordinárias da Companhia. O número de ações foi definido pelo preço médio ponderado por volume (VWAP) da ação ORVR3 nos pregões anteriores a 31 de maio de 2026, que resultou em R$ 80,31 por ação.

O CPC 15 (R1) / IFRS 3 exige que a contraprestação transferida em uma combinação de negócios seja medida pelo valor justo na data de aquisição. Para ações negociadas em mercado ativo, esse valor corresponde à cotação de fechamento na data da transação: R$ 77,77 por ação em 11 de junho de 2026. A diferença entre o valor das ações emitidas pela cotação na data de fechamento e o valor apurado pelo VWAP contratual totalizou R$104.641. Esse valor foi reconhecido no patrimônio líquido, e sua contrapartida integra a contraprestação transferida divulgada na Nota Combinação de negócios - PPA.

b.3) *Outras reservas*

Outras reservas	30/09/2026
Conversão de debêntures do Fundo Jive em 2021	156.664
Conversão de debêntures Fundo Multisetorial em 2021	30.877
Excedente na emissão de ações em 2021	81.400
Ganho na alienação de % Barueri em 2022	28.313
Excedente na emissão de novas ações em 2023	192.521
Excedente na emissão de novas ações em 2025	535.090
Stock Option Plan (SOP) Corporativo (CEO/ Chairman)	3.351
Opção de ações na transação de aquisição Vital	197.640
Total	1.225.856

Conversão de instrumentos patrimoniais - Debêntures Conversíveis

Em 1° de janeiro a de 2013, a Companhia possuía o montante de R$133.898 de instrumentos patrimoniais - debêntures conversíveis. Em 07 de fevereiro de 2013, o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus, na qualidade de debenturista da Companhia, converteu parcialmente em ações no valor de R$103.021 as debêntures de sua titularidade, remanescendo ainda o saldo de R$30.877, o qual foi convertido em ações e alocado como reserva de capital, no primeiro trimestre de 2021, antes da abertura de capital.

Em 19 de junho de 2020, a Orizon Meio Ambiente emitiu 10.000 bônus de subscrição, nos termos do artigo 77 da Lei 6.404/1976, conforme alterada (Leis das Sociedades por Ações), que foram entregues em pagamento em benefício dos debenturistas das Emissões correspondente à R$156.664, cujas condições de emissão de ações, a quantidade, o preço, o prazo e forma de integralização, bem como as demais condições e procedimentos estão previstos nos termos do Certificado de Bônus de Subscrição. Este montante ficara registrado no patrimônio líquido pelas condições estabelecidas junto ao FIDC NP, representado pela sua gestora Jive Asset Gestão de Recursos Ltda., para futura conversão em capital social da Companhia. Dentre as condições estabelecidas estão: (1) o subscritor teria o direito de subscrever e integralizar 52.657 ações ordinárias; e (2) o exercício somente poderia ser exercido em caso de evento de liquidez. O montante foi integralmente exercido pela Jive na emissão de novas ações ocorrida em abril de 2023.

No primeiro trimestre de 2021, antes da abertura de capital, o as debêntures no montante de R$156.677 foram convertidas em ações e alocadas como reserva de capital.

Recursos excedentes captados na oferta pública de ações

Em 11 de fevereiro de 2021, a Companhia formalizou o aumento de capital social no montante de R$381.400 mediante a emissão de 17.336 novas ações ordinárias, no valor unitário de R$22,00, passando a quantidade de ações de 54.164 para 71.500 e montante de R$544.323 para R$844.323. Estas novas ações foram objeto da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias. A Oferta Pública de Ações da Companhia ocorreu 17 de fevereiro de 2021 com preço de R$22,00 por ação ordinária (ORVR3), tendo a Companhia captado o valor bruto de R$381.400 e recebido o valor de R$359.977 líquido dos custos da transação.

Uma vez que o aumento autorizado do capital social foi de R$300.000, o montante excedente de R$81.400 foi alocado na rubrica de reserva de capital no patrimônio líquido.

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia homologou o aumento do capital social, no montante de R$348.205, mediante a emissão de 8.771 (mil) novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R$39,70 por ação. Do preço por ação: (i) R$17,75 foram destinados ao capital social, totalizando o montante de R$155.683; e (ii) o saldo de R$21,95 por ação foi destinado à formação de reserva de capital, totalizando o montante de R$192.521.

Emissão de novas ações

Em 29 de abril de 2025, a Companhia anunciou, por meio de Fato Relevante, o lançamento de sua oferta pública de ações (follow-on), concluída em 14 de maio de 2025. A oferta foi composta por uma tranche primária de 5.705.395 ações e por hot issue de 7.470.587 ações, ao preço de R$48,20 por ação, totalizando uma captação de R$635 milhões, sendo R$100.000 para aumento de capital e o excedente de R$535.000 para reserva de capital.

A operação foi ancorada pela Circular Holding - veículo formado pelos atuais acionistas de referência na época da oferta e pela EB Capital - que subscreveu integralmente a tranche primária e parte da hot issue, totalizando um investimento de R$400 milhões e aproximadamente 63% da oferta. Os acionistas participantes da oferta concordaram com lock-up de dois anos (a partir da divulgação do anúncio de início da oferta) e foram contemplados com bônus de subscrição na razão de 1:1, exercíveis em até 120 dias após o término do lock-up de 24 meses, a R$52,93 por ação.

Os recursos da oferta foram destinados ao fortalecimento da estrutura de capital e à execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico da Companhia.

Efeito de transação de capital com sócios

Em 22 de dezembro de 2022, a Orizon alienou 20% do capital social da Barueri Energia Renovável, gerando um efeito líquido de R$28.313. Uma vez que esta transação não gerou perda de controle, o referido efeito foi alocado no patrimônio líquido, na rubrica de outras reservas de capital, sem trânsito pelo resultado.

Bônus de subscrição

Em 11 de junho de 2026, no âmbito da incorporação da Holding Vital (nota 1), a Companhia emitiu 5.646.849 bônus de subscrição em favor do FIP Gama, então único acionista da adquirida. Os bônus foram atribuídos como vantagem adicional à subscrição de 41.197.230 novas ações ordinárias, nos termos do artigo 77 da Lei n.º 6.404/76.

Os bônus integram a contraprestação transferida na combinação de negócios e foram classificados no patrimônio líquido . No reconhecimento inicial, foram mensurados em R$ 197.640 mil (R$ 35,00 por bônus),

c) Ajuste de avaliação patrimonial

c.1) Custo atribuído – terreno de Barra Mansa (RJ)

Representa o valor reflexo na Companhia do custo atribuído de R$10.359 ao terreno localizado na cidade de Barra Mansa - RJ, líquido dos efeitos tributários, refletido nas Demonstrações financeiras Individuais na data de transição em 1º de janeiro de 2009. Em 2010, na adoção inicial das novas normas, o terreno que estava mensurado ao custo de aquisição de R$1.304, foi reavaliado para R$16.999, gerando um efeito bruto de R$15.695 (R$10.359 líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, pela aplicação da alíquota fiscal de 34%).

d) Custo na Emissão de ações

A Companhia registra no patrimônio líquido, em conta redutora, os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da emissão de novas ações. Esses custos incluem comissões dos coordenadores, honorários de assessores jurídicos e financeiros, auditoria independente, taxas regulatórias, impressão e tradução de documentos. Eles estão diretamente relacionados às ofertas e são apresentados líquidos dos recursos captados.

O saldo de R$(71.717) mil em 30/09/2026 (R$ (70.823) mil em 31/12/2025) é composto pelos custos dos seguintes eventos de emissão:

Evento	**Data**	**R$ mil**
Oferta pública inicial (IPO)	Feb/21	31.147
Oferta subsequente (follow-on)	May/23	8.397
Oferta subsequente (follow-on)	May/25	32.172
Total		**71.717**

e) Outros Resultados Abrangentes

O saldo de outros resultados abrangentes reúne itens de receitas e despesas que, pelas normas contábeis, são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, sem passar pelo resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2026, o saldo credor era de R$ 11.613 mil (R$ 11.252 mil em 31 de dezembro de 2025), assim composto:

Natureza	31/12/2025	Movimentação 2026	30/09/2026
Reflexo de equivalência patrimonial – Santa Luzia	11.254	-	11.254
Ajustes acumulados de conversão – Orbis	-	359	359
Total	**11.254**	**359**	**11.613**

f) Distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios da ordem de 5%, calculado sobre o lucro líquido do exercício, após a destinação de 5% para a reserva legal, conforme previsão legal.

g) Lucro líquido básico e diluído por ação

Nos exercícios findos em 30 de setembro de 2026 e 2025, o resultado por ação da Companhia é conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	30/09/2026	30/09/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**36.001**	40.812
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**451.756**	331.804
Lucro líquido básico por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$	**0,08**	0,12
Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1)	**9.216**	**-**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	**460.972**	331.804
Lucro líquido diluído por ação, atribuível aos acionistas controladores- R$	**0,08**	**0,12**

	Controladora e Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**28.364**	23.288
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	**104.824**	331.804
Lucro líquido básico por ação, atribuível aos acionistas controladores - R$	**0,27**	0,07
Quantidade de ações potenciais diluidoras em períodos futuros com lucro(1)	**1.192**	**-**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	**106.016**	331.804
Lucro líquido diluído por ação, atribuível aos acionistas controladores- R$	**0,27**	0,07

(1) A Companhia possui instrumentos com efeito diluidor no período referente à opção de ações futuras na quantidade 13.176 mil.

21. Receita operacional líquida (consolidado)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receita operacional bruta	**20.356**	15.701	**2.380.712**	901.300
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social – PIS	**-**	-	**(36.659)**	(11.727)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**-**	-	**(168.896)**	(54.028)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**-**	-	**(94.855)**	(33.045)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**-**	-	**(21.053)**	(4.959)
Outros	**-**	-	**(12.074)**	(4.278)
Total dos impostos incidentes	**-**	-	**(333.537)**	(108.037)
Vendas canceladas	**-**	-	**(2.939)**	(7.232)
Receita operacional líquida	**20.356**	**15.701**	**2.044.236**	786.031

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	**01/07/2025 a 30/09/2025**	**01/07/2026 a 30/09/2026**	**01/07/2025 a 30/09/2025**
Receita operacional bruta	**9.683**	12.434	**1.270.998**	324.015
Deduções da receita bruta				
Programa de Integração Social – PIS	**-**	-	**(20.512)**	(4.058)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	**-**	-	**(94.508)**	(18.696)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISS	**-**	-	**(53.313)**	(11.143)
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	**-**	-	**(11.894)**	(1.986)
Outros	**-**	-	**446**	(1.430)
Total dos impostos incidentes	**-**	-	**(179.781)**	(37.313)
Vendas canceladas	**-**	-	**(893)**	(5.652)
Receita operacional líquida	**9.683**	12.434	**1.090.324**	281.050

22. Custos e despesas gerais e administrativas

	Controladora					
	30/09/2026			30/09/2025		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	-	**(16.232)**	**(16.232)**	-	(19.853)	(19.853)
Serviços de terceiros	-	**(13.437)**	**(13.437)**	-	(3.520)	(3.520)
Outros (*)	**(5.522)**	**(77.586)**	**(83.108)**	(10.313)	(1.161)	(11.474)
Total	**(5.522)**	**(107.255)**	**(112.777)**	(10.313)	(24.534)	(34.847)

	Consolidado					
	30/09/2026			30/09/2025		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal (salários e ordenados)	**(418.342)**	**(106.752)**	**(525.094)**	(107.101)	(65.313)	(172.414)
Materiais de produção e consumo	**(262.220)**	**(3.316)**	**(265.536)**	(73.002)	(358)	(73.360)
Depreciação e amortização	**(171.515)**	**(92.192)**	**(263.707)**	(114.986)	(21.225)	(136.211)
Provisão para fechamento de aterro	**(11.236)**	**-**	**(11.236)**	(4.884)	-	(4.884)
Serviços de terceiros	**(104.545)**	**(67.064)**	**(171.609)**	(33.091)	(31.953)	(65.044)
Aluguéis	**(100.515)**	**(5.189)**	**(105.704)**	(10.300)	(2.043)	(12.343)
Outorgas	**(15.977)**	**-**	**(15.977)**	(8.997)	-	(8.997)
Energia	**(178.135)**	**(30)**	**(178.165)**	(24.502)	(11)	(24.513)
Combustíveis	**(79.188)**	**-**	**(79.188)**	(24.493)	(88)	(24.581)
Fretes	**(2.333)**	**(3)**	**(2.336)**	(446)	-	(446)
Outros (*)	**(28.208)**	**(36.375)**	**(64.583)**	(22.473)	(17.967)	(40.440)
Total	**(1.372.214)**	**(310.921)**	**(1.683.135)**	(424.275)	(138.958)	(563.233)

	Controladora					
	01/07/2026 a 30/09/2026			01/07/2025 a 30/09/2025		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	-	**(4.230)**	**(4.230)**	-	(11.075)	(11.075)
Serviços de terceiros	-	**(1.754)**	**(1.754)**	-	(1.751)	(1.751)
Outros (*)	**(101)**	**(77.039)**	**(77.140)**	(7.046)	(624)	(7.670)
Total	**(101)**	**(83.023)**	**(83.124)**	(7.046)	(13.450)	(20.496)

	Consolidado					
	01/07/2026 a 30/09/2026			01/07/2025 a 30/09/2025		
	Custo dos serviços prestados	**Despesas gerais e administrativas**	**Total**	**Custo dos serviços prestados**	**Despesas gerais e administrativas**	**Total**
Pessoal (salários e ordenados)	**(265.635)**	**(41.666)**	**(307.301)**	(38.043)	(26.285)	(64.328)
Materiais de produção e consumo	**(156.047)**	**(1.789)**	**(157.836)**	(24.491)	(358)	(24.849)
Depreciação e amortização	**(72.511)**	**(81.915)**	**(154.426)**	(37.425)	(7.187)	(44.612)
Provisão para fechamento de aterro	**(1.710)**	**-**	**(1.710)**	(1.711)	-	(1.711)
Serviços de terceiros	**(45.045)**	**(27.613)**	**(72.658)**	(12.038)	(8.073)	(20.111)
Aluguéis	**(71.550)**	**(2.623)**	**(74.173)**	(4.362)	(666)	(5.028)
Outorgas	**(6.306)**	**-**	**(6.306)**	(3.107)	-	(3.107)
Energia	**(72.343)**	**(81)**	**(72.424)**	(9.899)	-	(9.899)
Combustíveis	**(49.723)**	**-**	**(49.723)**	(8.374)	(88)	(8.462)
Fretes	**(1.658)**	**-**	**(1.658)**	(308)	-	(308)
Outros (*)	**(1.293)**	**(18.245)**	**(19.538)**	(4.520)	(7.676)	(12.196)
Total	**(743.821)**	**(173.932)**	**(917.753)**	(144.278)	(50.333)	(194.611)

(*) Outros compreende, substancialmente, os custos relacionados ao repasse de créditos de carbono e Outras despesas administrativas composta principalmente por despesas legais e judiciais, doações ao instituto Orizon, despesas com licença de software e hospedagem e viagens.

Abaixo, detalhamento dos custos e despesas de depreciação e provisão para fechamento de aterro por suas respectivas naturezas:

	30/09/2026	**30/09/2025**
Amortização Ecoparques	**(70.960)**	(45.684)
Amortização Mais Valia	**(84.609)**	(25.690)
Amortização IFRS 16	**(36.473)**	(36.845)
Demais depreciações	**(82.901)**	(32.876)
Total	**(274.943)**	(141.095)

	01/07/2026 a 30/09/2026	**01/07/2025 a 30/09/2025**
Amortização Ecoparques	**(26.584)**	(18.191)
Amortização Mais Valia	**(67.353)**	(8.578)
Amortização IFRS 16	**(13.911)**	(9.221)
Demais depreciações	**(48.288)**	**(10.333)**
Total	**(156.136)**	(46.323)

23. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2026	**30/09/2025**	**30/09/2026**	**30/09/2025**
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	**8.843**	4.118	**362**	371
Variação cambial ativa	**-**	2	**4.693**	3.843
Rendimentos de aplicações financeiras	**41.247**	13.996	**116.755**	73.597
Rendimentos de debêntures	**21.099**	-	**17.497**	-
Descontos financeiros obtidos	**-**	3	**375**	250
Outras receitas financeiras	**56**	505	**15.332**	11.212
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(2.908)**	(1.172)	**(15.502)**	(9.392)
Total	**68.337**	17.452	**139.512**	79.881
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	**-**	-	**(2.777)**	(5.863)
Variação cambial passiva	**(30)**	-	**(2.797)**	(6.253)
Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	**(74.944)**	(63.591)	**(267.429)**	(198.878)
Multa e juros	**(945)**	(557)	**(9.483)**	(7.522)
Desconto concedido	**-**	-	**(1.019)**	(2.014)
Amortização de gastos na captação de recursos	**-**	-	**(1.601)**	(8.561)
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio	**-**	-	**-**	(5.974)
Outras despesas financeiras	**(1.087)**	(325)	**(11.780)**	(2.461)
Total	**(77.006)**	(64.473)	**(296.886)**	(237.526)
Resultado financeiro, líquido	**(8.669)**	(47.021)	**(157.374)**	(157.645)

	Controladora		Consolidado	
	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025	01/07/2026 a 30/09/2026	01/07/2025 a 30/09/2025
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo	**668**	**1.430**	**79**	**371**
Variação cambial ativa	**-**	**2**	**4.004**	**996**
Rendimentos de aplicações financeiras	**7.412**	**10.706**	**54.191**	**34.368**
Rendimentos de debêntures	**5.326**	**-**	**16.064**	**-**
Descontos financeiros obtidos	**-**	**-**	**159**	**195**
Outras receitas financeiras	**2**	**485**	**8.871**	**4.126**
PIS e COFINS sobre receita financeira	**(593)**	**(559)**	**(4.978)**	**(3.943)**
Total	**12.815**	**12.064**	**78.390**	**36.113**
Despesas financeiras				
Ajuste a valor presente/ justo (*)	**-**	**-**	**(1.467)**	**(1.081)**
Variação cambial passiva	**(1)**	**-**	**(1.277)**	**(827)**
Juros de empréstimos, financiamentos e arrendamentos	**(23.868)**	**(23.917)**	**(114.404)**	**(68.203)**
Multa e juros	**(338)**	**(194)**	**(4.259)**	**(2.769)**
Desconto concedido	**-**	**-**	**(704)**	**(1.943)**
Amortização de gastos na captação de recursos	**-**	**-**	**(828)**	**(8.561)**
Custo de pré-pagamento de dívida - Prêmio	**-**	**-**	**-**	**(5.974)**
Outras despesas financeiras	**(191)**	(232)	**(7.638)**	(510)
Total	**(24.398)**	(24.343)	**(130.577)**	(89.868)
Resultado financeiro, líquido	**(11.583)**	(12.279)	**(52.187)**	(53.755)

(*) O montante alocado nesta rubrica não representa impacto de caixa, mas ajustes temporais de recursos pelos efeitos de correções monetárias.

24. Informações por segmento

A Companhia apresenta suas informações por segmento conforme o CPC 22 (IFRS 8) – Informações por Segmento. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração avalia o desempenho e aloca recursos.
A Companhia possui os segmentos operacionais reportáveis.)

Destinação Final

- Gestão Integrada de Resíduos e Coleta (Receitas e Custos) – a partir de 01 de junho
- Tratamento e Destinação de Resíduos (Receitas e Custos)
- Plantas de Biogás (Receitas e Custos)
- Projetos de Créditos de Carbono (Receitas e Custos)

Transição Energética

- Plantas de Energia/UTEs (Receitas e Custos)
- Plantas de Biometano (Receitas e Custos)
- Plantas de Recuperação Energética | WtEs (Receitas e Custos)

Economia Circular

- Plantas de Blendagem para co-processamento (Receitas e Custos)
- Plantas de Reciclagem | UTMs (Receitas e Custos)
- Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Receitas e Custos)
- Plantas de Compostagem (Receitas e Custos)

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo estão apresentados no quadro abaixo:

	Consolidado 30/09/2026			
	Destinação Final [1]	**Transição Energética**	**Economia Circular**	**Total**
Receita operacional líquida	**1.731.955**	**267.476**	**44.807**	**2.044.236**
Custo dos serviços prestados	**(935.375)**	**(208.369)**	**(45.719)**	**(1.189.463)**
Lucro bruto antes da depreciação	**796.580**	**59.107**	**(912)**	**854.773**
Custos de depreciação				**(182.751)**
Lucro bruto				**672.022**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				**(310.921)**
Outras receitas, líquidas				**(8.851)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				**352.250**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				**139.512**
Despesas financeiras				**(296.886)**
Resultado financeiro, líquido				**(157.374)**
Resultado de equivalência patrimonial				**(7.128)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**187.748**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				**(117.966)**
Diferido				**14.881**
Lucro líquido do exercício				**84.663**

[1] Segmento de Destinação Final inclui as atividades de destinação final, biogás, créditos de carbono, gestão integrada e coleta.

	Consolidado			
	30/09/2025			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	**604.092**	**121.707**	**60.232**	**786.031**
Custo dos serviços prestados	**(227.516)**	**(26.512)**	**(50.377)**	**(304.405)**
Lucro bruto antes da depreciação	**376.576**	**95.195**	**9.855**	**481.626**
Custos de depreciação				**(119.870)**
Lucro bruto				**361.756**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				**(138.958)**
Outras receitas, líquidas				**(4.244)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				**218.554**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				**79.881**
Despesas financeiras				**(237.526)**
Resultado financeiro, líquido				**(157.645)**
Resultado de equivalência patrimonial				**6.781**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**67.690**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				**(20.009)**
Diferido				**2.861**
Lucro líquido do exercício				**50.542**

	Consolidado			
	01/07/2026 a 30/09/2026			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	**975.787**	**96.527**	**18.012**	**1.090.326**
Custo dos serviços prestados	**(583.970)**	**(67.417)**	**(18.213)**	**(669.600)**
Lucro bruto antes da depreciação	**391.817**	**29.110**	**(201)**	**420.726**
Custos de depreciação				**(74.221)**
Lucro bruto				**346.505**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				**(173.932)**
Outras receitas, líquidas				**(3.827)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				**168.746**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				**78.390**
Despesas financeiras				**(130.577)**
Resultado financeiro, líquido				**(52.187)**
Resultado de equivalência patrimonial				**(2.289)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**114.270**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				**(70.781)**
Diferido				**12.203**
Lucro líquido do exercício				**55.692**

	Consolidado			
	01/07/2025 a 30/09/2025			
	Destinação Final	Transição Energética	Economia Circular	Total
Receita operacional líquida	**214.251**	**45.146**	**21.653**	**281.050**
Custo dos serviços prestados	**(78.792)**	**(8.178)**	**(18.172)**	**(105.142)**
Lucro bruto antes da depreciação	**135.459**	**36.968**	**3.481**	**175.908**
Custos de depreciação				**(39.136)**
Lucro bruto				**136.772**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas				**(50.333)**
Outras receitas, líquidas				**(2.982)**
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro equivalência patrimonial				**83.457**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras				**36.113**
Despesas financeiras				**(89.868)**
Resultado financeiro, líquido				**(53.755)**
Resultado de equivalência patrimonial				**1.024**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social				**30.726**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente				**(4.940)**
Diferido				**1.556**
Lucro líquido do exercício				**27.342**

Em 30 de setembro de 2026, a receita operacional líquida proveniente da destinação e tratamento de resíduos, apresentada no segmento de Destinação Final dos ativos legado Orizon , totalizou R$625.303.

25. Compromissos (consolidado)

Barueri Energia - Entrega de energia em atendimento à leilão

Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R$613,64/MWh, totalizando cerca de R$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano[1].

Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão no início de 2027.

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono

A Companhia através de suas controladas indiretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5.

Fornecimento de Biogás

Investidas indiretas - CTRNI e CTRA

A Companhia através de suas controladas indiretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R$0,12 à R$0,14 por Nm3 (data-base: outubro- 2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE.

OMA - Biometano Verde Paulínia

A controlada OMA possui compromisso de fornecedor biogás com a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m^3 podendo alcançar até 300.000 m^3. O contrato iniciou em outubro de 2025.

Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo:

- Earn-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm^3/h e 30.000 Nm^3/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume.
- Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos etc.).
- Contrato de take or pay - Biometano: Edge compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos

[1] Informação não revisadas pelo auditor independente da Companhia.

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano

Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes").

Nos termos do Contrato Itapevi, a BioE, disponibiliza e venda biometano à Edge pelo prazo de 10 anos com início de fornecimento previsto para o segundo semestre de 2026, com um volume médio estimado de, no mínimo, 25 mil m³/dia de biometano.

Em relação aos aspectos comerciais, o Contrato tem preço fixo, corrigido pela inflação, e remuneração variável atrelada a métricas específicas estabelecidas nos documentos da contratação.

Parceria Estratégica para Aquisição do Biogás nas Regiões Metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto

Em 20 de setembro de 2024, a Companhia através de sua controlada BioE, firmou parceria estratégia para exploração do biogás dos aterros sanitários de Fazenda Rio Grande (localizado na região metropolitana de Curitiba/ PR) e Guatapará (localizado na região metropolitana de Ribeirão Preto/ SP), ambos de propriedade da Estre Ambiental - Em Recuperação Judicial ("Estre").

No contexto de tal parceria, BioE e Estre firmaram contratos de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada da ordem de até 170.000 m3 de biometano. O início de operação das plantas, que serão 100% de propriedade da BioE, está previsto para 2027.

Os contratos preveem ainda responsabilidades entre as partes usuais a esse tipo de operação, tais como, mas não se limitando, obrigações de compra e entrega de biogás, penalidades, investimentos, adiantamentos e garantias, sob determinadas condições.

Produção de Biometano na Região de Bauru (SP)
Em 22 de outubro de 2024, a Companhia através da BioE firmou nova parceria estratégica para exploração do biogás do aterro sanitário de Piratininga, localizado na região de Bauru, estado de São Paulo, que é de propriedade da Estre.

As partes firmaram contrato de compra e venda de biogás com prazo de 20 (vinte) anos, com termos e condições usuais a esse tipo de operação, a preços semelhantes àqueles praticados pela OrizonVR em seus contratos atualmente existentes, que permitirão uma produção diária estimada de biometano da ordem de 25.000 m3 e início de operação estimado para 2027. A planta de biometano será 100% (cem por cento) de propriedade da BioE e amplia o posicionamento da OrizonVR no estado de São Paulo.

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano do Ecoparque de Tremembé

Em 12 de novembro de 2024, a Companhia celebrou contrato de compra e venda de biometano que será produzido no Ecoparque de Tremembé ("Contrato") entre a Orizon Biometano Tremembé Ltda. ("Biometano Tremembé"), subsidiária integral da Orizon Energia e Gás Renovável Ltda., e a Neogás do Brasil Gás Natural Comprimido S.A. ("Neogás") com garantia da Companhia Ultragaz S.A..

Nos termos do Contrato, a Biometano Tremembé disponibilizará e venderá biometano comprimido à Neogás pelo prazo de 10 anos, com fornecimento previsto para o início do terceiro trimestre de 2027 e um volume médio estimado de 35 mil m³/dia de biometano.

Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano - BioE

Em 1° de junho de 2025, a Companhia celebrou dois contratos de compra e venda de biometano entre sua subsidiária Orizon Energia e Gás Renovável Ltda. ("BioE") e a Neogás.

Os contratos preveem o fornecimento de biometano comprimido, a ser produzido a partir do biogás adquirido de aterros sanitários de terceiros localizados nas regiões metropolitanas de Curitiba e Ribeirão Preto, nos municípios de Fazenda Rio Grande e Guatapará, respectivamente, conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de setembro de 2024.

Nos termos pactuados, a BioE fornecerá à subsidiária da Ultragaz o biometano comprimido por um prazo de 10 (dez) anos, com início de fornecimento estimado para o primeiro trimestre de 2028, e volume médio diário combinado de 150 mil m³ de biometano.

Leilão de Reserva de Capacidade

Em 18 de março de 2026, a Orizon Valorização de Resíduos S.A. participou do Leilão de Reserva de Capacidade na Forma de Potência de 2026, direta e indiretamente, por meio de empreendimentos de geração termelétrica, tendo obtido êxito em todos os ativos ofertados, conforme resumo abaixo:

No total, os ativos vencedores representam 52,7 MW de potência contratada no leilão, considerando a participação integral nos empreendimentos, todos já implantados. A contratação decorrente do leilão está sujeita ao cumprimento das etapas subsequentes previstas no edital, incluindo a celebração dos Contratos de Reserva de Capacidade para Potência (CRCAPs).

26. Instrumentos financeiros

a) Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios para a gestão dos ativos e nas características dos seus fluxos de caixa contratuais (CPC 48 / IFRS 9). Os ativos financeiros da Companhia são mantidos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, que representam somente pagamentos de principal e juros, e por isso são mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva, exceto os instrumentos financeiros derivativos e a contraprestação contingente de combinação de negócios, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

b) Hierarquia do valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis).

Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos três níveis dessa hierarquia:

- Nível 1 - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.
- Nível 2 - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.
- Nível 3 - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

			30/09/2026			
			Controladora		Consolidado	
	Categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	**38.101**	**38.101**	**1.477.664**	**1.477.664**
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	2	**-**	**-**	**172.578**	**172.578**
Debêntures	Custo amortizado	2	**277.043**	**264.247**	**33.000**	**34.324**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	3	**16.840**	**16.840**	**1.646.669**	**1.646.669**
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	-	**738.349**	**738.349**	**55.545**	**55.545**
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	-	**-**	**-**	**96.371**	**96.371**
Precatórios a receber	Custo amortizado	3			**158.771**	**122.341**
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	**21.820**	**21.820**	**377.744**	**377.744**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	2	**715.762**	**714.206**	**4.145.115**	**3.982.877**
Arrendamentos	Custo amortizado (CPC 06)	-			**96.391**	**96.391**
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	-	**41.681**	**41.681**	**202.337**	**202.337**
Outorgas a pagar	Custo amortizado	-	**-**	**-**	**31.189**	**31.189**
Contas a pagar – aquisições de participações	Custo amortizado	-	**-**	**-**	**76.561**	**76.561**
Contraprestação contingente (earn-out Oeste Paulista)	Valor justo por meio do resultado	3	**-**	**-**	**17.142**	**17.142**
Outros passivos financeiros	Custo amortizado	-	**9**	**9**	**30.895**	**30.895**
Instrumentos financeiros derivativos – swap	Valor justo por meio do resultado	2	**-**	**-**	**725**	**725**

		31/12/2025			
		Controladora		Consolidado	
	Categoria	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	**494.841**	**494.841**	**851.334**	**851.334**
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado	**-**	**-**	**16.323**	**16.323**
Debêntures	Custo amortizado	**200.843**	**200.843**	**-**	**-**
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	**3.427**	**3.427**	**319.380**	**319.380**
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	**322.845**	**322.845**	**39.506**	**39.506**
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	**-**	**-**	**6.066**	**6.066**
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	**16.672**	**16.672**	**145.788**	**145.788**
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	**631.878**	**631.878**	**2.122.412**	**2.122.412**
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	**64.513**	**64.513**	**12.267**	**12.267**
Outorgas a pagar	Custo amortizado	**-**	**-**	**15.963**	**15.963**

Para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de curto prazo, fornecedores, outorgas e demais contas a pagar de curto prazo, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, em razão do vencimento de curto prazo ou da remuneração a taxas pós-fixadas de mercado (CPC 40, item 29(a)). Os saldos com partes relacionadas referem-se a contas correntes sem incidência de juros e sem prazo de vencimento definido, eliminados nas informações consolidadas.

A Companhia possui operação de Swap mensurado a valor justo instrumentos financeiros mensurados a valor justo.

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo

A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos.

Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9.

c) Gestão dos riscos financeiros

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir:

Risco de liquidez

- O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros.

- Em 30 de setembro de 2026, a Companhia apresentava capital circulante líquido consolidado positivo, refletindo, entre outros fatores, o reforço da posição de caixa e da estrutura de capital decorrente da combinação de negócios com o Grupo Vital. A Administração monitora continuamente sua estrutura de capital e o cronograma de amortização de suas dívidas, com o objetivo de preservar a liquidez e a capacidade de honrar suas obrigações.

A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos passivos financeiros da Companhia:

Passivos financeiros

	Controladora						
Passivos financeiros	**Até 1 mês**	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento definido**	**Total**
Fornecedores	21.820	-	-	-	-	-	**21.820**
Empréstimos (debêntures) - principal	5.725	11.449	51.521	349.183	297.884	-	**715.762**
Empréstimos (debêntures) - juros estimados	8.245	16.490	74.204	270.179	112.178	-	**481.296**
Empréstimos e financiamentos – total	13.970	27.939	125.725	619.362	410.062	-	**1.197.058**
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	41.681	**41.681**
Total	**35.790**	**27.939**	**125.725**	**619.362**	**410.062**	**41.681**	**1.260.559**

	Consolidado						
Passivos financeiros	**Até 1 mês**	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Sem vencimento definido**	**Total**
Fornecedores	277.470	23.778	57.753	18.743	-	-	**377.744**
Empréstimos e financiamentos – principal	41.139	82.278	370.253	1.749.573	1.980.356	-	**4.223.599**
Empréstimos e financiamentos – juros estimados	41.873	83.746	376.855	1.379.112	775.412	-	**2.656.998**
Empréstimos e financiamentos – total	**83.012**	**166.024**	**747.108**	**3.128.685**	**2.755.768**	-	**6.880.597**
Arrendamentos – principal	3.765	7.530	33.885	31.522	19.689	-	**96.391**
Arrendamentos – juros estimados	763	1.467	4.856	13.471	3.741	-	**24.298**
Arrendamentos – total	**4.528**	**8.997**	**38.741**	**44.993**	**23.430**	-	**120.689**
Instrumentos financeiros derivativos – swap (líquido)	-	-	-	725	-	-	**725**
Partes relacionadas	-	-	6.399	-	-	195.938	**202.337**
Outorgas a pagar	20.053	-	-	11.136	-	-	**31.189**
Contas a pagar – aquisições (inclui earn-out)	-	-	67.415	26.288	-	-	**93.703**
Outros passivos financeiros	-	-	18.553	12.341	-	-	**30.894**
Total	**385.063**	**198.799**	**935.969**	**3.242.911**	**2.779.198**	**195.938**	**7.737.878**

Risco de crédito

O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito.

Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade.

Em 30 de setembro de 2026 havia saldo de provisão para perdas no contas a receber consolidado no montante de R$170.544 (R$143.874 em 31 de dezembro de 2025) respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5).

Risco de preços

Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso.

Risco de taxa de juros

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa.

As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável.

Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI

A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de setembro de 2026, conforme demonstrado a seguir:

		Ativos (Consolidado)		
Operação	**Saldo 30/09/2026**	**Cenário provável**	**Cenário I Δ 25%**	**Cenário II Δ 50%**
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/09/2026 (*)	**1,10%**			
Aplicações financeiras (Nota 4)	**168.654**	**174.242**	**176.105**	**177.968**
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2026		**4,42%**	**5,52%**	**6,63%**
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - período findo em 30/09/2026		**5.588**	**7.451**	**9.314**

		Passivos (Consolidado)		
Operação	**Saldo 30/09/2026**	**Cenário provável**	**Cenário I Δ 25%**	**Cenário II Δ 50%**
Taxa efetiva anual do CDI - Período findo em 30/09/2026 (*)	**1,10%**			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**965.397**	**997.386**	**1.008.048**	**1.018.711**
Taxa anual estimada - período findo em 31/12/2026		**4,42%**	**5,52%**	**6,63%**
Taxa efetiva anual do IPCA - Período findo em 30/09/2026 (*)	**4,09%**			
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	**1.274.540**	**1.274.540**	**1.287.572**	**1.300.604**
Taxa anual estimada - período findo em 31/12/2026		**4,09%**	**5,11%**	**6,14%**
Efeito negativo no resultado/patrimônio líquido - período findo em 30/09/2026		**31.989**	**29.619**	**27.250**

(*) Fonte: Site B3(https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora).

Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra seu capital objetivando assegurar a continuidade de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio de otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

d) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

A Companhia procedeu à avaliação dos valores justos de seus principais instrumentos financeiros em 30 de setembro de 2026, utilizando técnicas usuais de precificação de mercado que envolvem julgamento por parte da Administração. Essa avaliação indica que os valores justos se aproximam dos valores contábeis reconhecidos.

- Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários: aplicações em CDB remuneradas a aproximadamente 100% do CDI, com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor; o valor justo equivale ao valor contábil.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures (passivo e ativo): fluxo de caixa contratual de cada instrumento, projetado pelas curvas de CDI, IPCA e TR e descontado pela curva de juros de mercado acrescida do spread de crédito observado em emissões recentes de risco similar.
- Instrumentos financeiros derivativos (swap): valor presente das pontas ativa (variação cambial + cupom) e passiva (CDI + spread), descontadas pelas curvas de cupom cambial e DI da B3 (Nível 2).
- Contraprestação contingente (earn-out): fluxo projetado de cumprimento das métricas contratuais, ponderado por probabilidade e descontado a valor presente (Nível 3).
- Precatórios a receber: valor justo estimado pelo fluxo esperado de recebimento, ou seja, o saldo atualizado pela Selic até a data provável de pagamento (8 anos para os precatórios de Ipatinga/TJMG e 12 anos para os de Natal/TJRN, conforme a posição na ordem cronológica), descontado à Selic acrescida de prêmio de risco que reflete o risco de crédito dos entes devedores (Nível 3). Premissas não observáveis significativas: prazo de realização e prêmio de risco
- Reequilíbrio contratual Ecourbis e precatórios a receber: fluxos de longo prazo atualizados por IPCA e Selic, respectivamente, descontados por taxa que reflete o risco de crédito do ente público e o prazo esperado de realização (Nível 3).

:

27. Cobertura de seguros (consolidado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades. A contratação de seguros não substitui a gestão de riscos nem o reconhecimento de provisões. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão dos auditores independentes.

Principais coberturas vigentes em 30 de setembro de 2026 (em R$ mil):

Modalidade	Coberturas contratadas	Limite máximo de indenização
Riscos nomeados e operacionais	Incêndio, raio e explosão; danos elétricos; quebra de máquinas; vendaval; tumultos; roubo; despesas extraordinárias	196.981 + 25.000
Lucros cessantes	Lucro bruto decorrente de incêndio, danos elétricos e quebra de máquinas na planta de biometano de Jaboatão, por até 6 meses	36.686
Riscos de engenharia	Obras civis, instalação e montagem; testes e comissionamento; erro de projeto; manutenção ampla por 12 meses [e obra da controladora]	320.459 + 263.082
RC geral, obras e serviços	Danos materiais e corporais a terceiros; RC empregador; poluição súbita; custos de defesa	32.000 + 10.000
RC riscos ambientais	Danos ambientais a terceiros; custos de limpeza, contenção e salvamento; custos de defesa	1.950
RC administradores (D&O)	Reclamações por atos de gestão, inclusive danos ambientais; custos de defesa	60.000
Seguro-garantia	Garantias judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) e de execução de contratos	Diversas apólices

As transações relacionadas à eventuais sinistros são reconhecidas somente quando o recebimento é praticamente certo , como ativo separado, sem compensação com a provisão correspondente. Os seguros-garantia não reduzem as provisões para contingências. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2026, não houve reconhecimento de valores a recuperar de seguradoras.

28. Transações não envolvendo caixa

Transações Não envolvendo caixa	30/9/2026
Aumento de capital	3.308.549
Bônus de subscrição	197.640
Valor justo na emissão de novas ações	0
Juros capitalizados de empréstimos	37926
Adição de novos contratos de arrendamento IFRS 16	43249
Impacto Líquido no Fluxo de Caixa	**3.587.364**

29. Evento Subsequente

Emissão de Debêntures da Orizon Meio Ambiente

Em 22 de Outubro de 2026 a controlada Orizon meio ambiente concluiu a da 10ª emissão de debêntures, em duas séries ("ORMAA0" e "ORMAB0"), no valor total de R$500mm. conforme detalhamento abaixo:

Abaixo as características da emissão (contrato em anexo).

1ª série – ORMAA0

- Prazo: 2 anos
- Data de emissão: 15/10/2026
- Vencimento: 15/10/2028
- Liquidação (desembolso): 22/10/2026
- Valor: R$150.000
- Taxa: CDI+ 1,40% a.a.
- principal: pagamento no vencimento (em 15/10/2028)
- juros: semestral a partir da data da emissão (primeiro pagamento 15/04/2027)
- Garantia: Aval OVR
- Agente fiduciário / Escriturador / Banco liquidante: VORTX DTVM

2ª série – ORMAB0

- Prazo: 7 anos
- Data de emissão: 15/10/2026
- Vencimento: 15/10/2033
- Liquidação (desembolso): 22/10/2026
- Valor: R$350.000
- Taxa: CDI+ 1,75% a.a.
- principal: pagamento anual a partir do 5º ano (primeiro pagamento 15/10/2031)
- juros: semestral a partir da data da emissão (primeiro pagamento 15/04/2027)
- Garantia: Aval OVR

Agente fiduciário / Escriturador / Banco liquidante: VORTX DTVM

*****